



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

## **Ata da audiência pública sobre o projeto de lei que aprova o Orçamento do Município de Indaiatuba (LOA) para 2026**

**A audiência pública sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) foi realizada de maneira remota e conduzida pela secretária-adjunta da Secretaria Municipal da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, que apresentou e esclareceu o conteúdo do projeto de lei nº 182/2025 de autoria do Poder Executivo. O vídeo da audiência pública foi disponibilizado à população no dia 19 de novembro de 2025.**

*Inicialmente, consigne-se que o Edital da Audiência Pública foi publicado na Imprensa Oficial do Município em suas edições de números 3428, 3425, 3427, 3430, 3432, 3436, 3434, 3438, 3440, 3441, 3441, 3443 e 3445; no jornal Gazeta de São Paulo em suas edições dos dias 7, 14 e 18 de novembro de 2025 e na página inicial do site da Câmara Municipal. Os vereadores foram convocados pessoalmente, e o público em geral convidado a participar por meio do site [www.indaiatuba.sp.leg.br](http://www.indaiatuba.sp.leg.br), cujas cópias compõem o procedimento arquivado na secretaria desta Casa.*

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 19h, realizou-se a Audiência Pública destinada à apresentação e debate do Projeto de Lei nº 182/2025, que “Aprova o orçamento do município de Indaiatuba para o exercício de 2026”, conforme transcrição oficial disponibilizada pela Casa Legislativa. A sessão foi aberta pelo Senhor Presidente, vereador Túlio José Tomass do Couto, que saudou os presentes e declarou iniciados os trabalhos, informando a finalidade da audiência e passando a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Leandro José Pinto. O vereador Leandro agradeceu a presença de todos, destacou que o projeto de lei tramita na Câmara desde três de novembro e que foi amplamente disponibilizada aos vereadores e à população. Em seguida, convidou a secretária-adjunta da Fazenda, Sra. Paula Fernanda Sciamarelli, para realizar a apresentação técnica do orçamento. A Sra. Paula iniciou sua exposição dando boas-vindas aos participantes e esclarecendo que, em nome da Prefeitura e das entidades que compõem o orçamento municipal, apresentaria a proposta para 2026. Explicou que o orçamento público é peça obrigatória em todos os entes federativos e que deriva do PPA recentemente aprovado, o qual orienta o planejamento estratégico para os quatro anos seguintes. Ressaltou que a LOA fatará anualmente as ações previstas no PPA e que o orçamento é elaborado para registrar e organizar a arrecadação e a execução das despesas públicas, baseando-se em padrões nacionais de classificação que garantem transparência e correta consolidação das contas. Destacou que o orçamento é do município como um todo,

englobando Administração Direta, autarquias (Saae e Seprev), Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura (Fiec) e Poder Legislativo, totalizando todas as entidades municipais que executam receitas e despesas. A secretária apresentou o valor total previsto para o orçamento de 2026: R\$ 2.715.000.000,00, ressaltando que, em razão do princípio do equilíbrio orçamentário, receitas e despesas devem possuir o mesmo montante. Comparado ao orçamento de 2025, de R\$ 2,38 bilhões, houve variação positiva de 14,08%, resultante da análise do comportamento das receitas, do crescimento do ISS, do aumento da base imobiliária e do incremento nas transferências estaduais e federais, entre outros fatores. Explicou que a revisão das estimativas entre a LDO (apresentada em abril) e a LOA (elaborada em outubro) permitiu ajustar as metas fiscais, mantendo o equilíbrio e ampliando a consistência da previsão arrecadatória. Na sequência, detalhou os principais componentes do orçamento municipal, apresentando a distribuição entre órgãos, secretarias e entidades. Dentre os destaques, mencionou: Gabinete do Prefeito com R\$ 15.789.000,00; Funssol com R\$ 2.371.000,00; Secretaria de Administração com R\$ 86.962.000,00; Secretaria de Comunicação com R\$ 16.839.000,00; Câmara Municipal com R\$ 33.585.000,00; Saae com orçamento total de R\$ 275.770.000,00 destinado a ampliação e manutenção do sistema de saneamento; Seprev Previdência com R\$ 271.267.000,00; Seprev Saúde com R\$ 79.828.000,00; e Fiec com R\$ 51.961.000,00, incluindo investimentos em ensino profissionalizante e superior. Prosseguindo, a secretária destacou que a cidade adota planejamento conservador, assegurando responsabilidade fiscal, manutenção de reservas e prudência no gasto, evitando riscos de paralisação de obras ou desequilíbrios financeiros. Afirmou que o orçamento é “um treino”, cuja execução — o “jogo” — deve ser acompanhada ao longo do ano para adequações necessárias, diante do cenário econômico incerto e das variações de arrecadação. Enfatizou também os desafios externos: inflação, reformas tributárias em curso e eventuais impactos na Região Metropolitana de Campinas, que pode perder parcela de arrecadação em razão de novas regras federativas. No tocante às áreas prioritárias, apresentou os percentuais constitucionais: Educação prevê aplicação de 31,55% das receitas de impostos — 6,55% acima do mínimo —, com R\$ 614.406.000,00 destinados a pessoal, custeio, investimentos e projetos como Educação Maker, descentralização financeira das escolas, expansão de creches e novas unidades escolares. Na Saúde, informou que o município aplicará 27,55%, quase o dobro do mínimo constitucional de 15%, totalizando R\$ 541.342.000,00, com investimentos na ampliação de UBSs, reformas e expansão da rede de atendimento. A secretária apresentou ainda os mecanismos de participação popular utilizados durante o ano, incluindo audiências públicas, canais digitais e a ferramenta Planejamento Interativo, disponibilizada entre março e maio, pela qual a população pôde enviar prioridades para PPA, LDO e LOA. Destacou que a gestão municipal mantém diálogo permanente com a população, com forte participação dos conselhos municipais e dos vereadores na coleta de demandas e sugestões, sempre submetidas à análise técnica, econômica e legal antes de serem incorporadas ao planejamento. Encerrada a apresentação, o vereador Leandro José Pinto agradeceu à secretária Paula pela exposição e informou que os cidadãos podem encaminhar dúvidas, críticas e sugestões até 26 de novembro, pelo e-mail institucional divulgado durante a audiência. O presidente da Câmara, Dr. Túlio José Tomass do Couto, complementou esclarecendo que, após análise pelas comissões permanentes, o projeto será encaminhado ao Plenário para votação. Agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Audiência Pública.



Nada mais havendo a tratar, a audiência pública foi encerrada às 21h30. Lavrou-se a presente ata por mim, David da Cunha Boal Júnior, secretário designado, documento que vai subscrito por quem de direito, registrado e arquivado na forma regimental, permanecendo acessível ao público nos meios digitais desta Câmara, garantindo assim a transparência dos atos administrativos e o pleno exercício do direito à informação.



**Dr. Túlio José Tomass do Couto**

Presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba



**Leandro Pinto**

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Obras e Serviços Públicos e  
Presidente da Comissão de Justiça e Redação



**Sérgio José Teixeira**

Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social



**Hélio Alves Ribeiro**

Presidente da Comissão de Segurança e Trânsito



David da Cunha Boal Júnior  
Secretário Designado



# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

*Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP*

## **TRANSCRIÇÃO NA ÍNTEGRA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O EXERCÍCIO DE 2026**

**(PROJETO DE LEI Nº 182/2025)**

**SENHOR PRESIDENTE (TÚLIO JOSÉ TOMASS DO COUTO):** Olá, pessoal. A Câmara Municipal de Indaiatuba realiza, neste momento, a audiência pública para apresentação do Projeto de Lei 182/2025, que “Aprova o orçamento do município de Indaiatuba para o ano de 2026”.

Declaro aberta a audiência e passo a palavra para o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Leandro Pinto.

**VEREADOR LEANDRO JOSÉ PINTO:** Obrigado, Sr. Presidente. Informo que a Lei Orçamentária Anual tramita nesta Casa desde o dia três de novembro, quando foi disponibilizada aos vereadores e a todos os cidadãos.

Convido agora a secretária-adjunta da Fazenda, Senhora Paula, para que faça a apresentação da LOA. Boa audiência a todos.

**SENHORA PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:** Olá. Sejam muito bem-vindos. Eu sou a Paula, secretária-adjunta da Fazenda. E, nesse momento, em nome da prefeitura, em nome da Câmara Municipal, estou aqui representando todas as entidades que compõem o orçamento do município. Vamos dar início à audiência pública que trata da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de dois mil e vinte e seis.

Então, nesse momento, né, depois de um longo, um extenso ano, com muito trabalho aí na elaboração das peças de planejamento e, principalmente, o PPA, que é uma particularidade do primeiro ano da nova gestão, sempre no primeiro ano de mandato ele é elaborado, e no Plano Plurianual, que foi recentemente aprovado pela Câmara Municipal, nós temos ali um planejamento de médio prazo para os próximos quatro anos. E a partir disso, né, são feitas as leis orçamentárias anuais, para fatiar esse plano de quatro anos para ser executado anualmente durante um período de quatro anos, iniciando no segundo ano de mandato da gestão.

Então, o orçamento público, ele vai tratar do recurso que entra nos cofres públicos e ele é de elaboração obrigatória para todos os entes no país inteiro. Então, vale tanto para a União quanto os estados e municípios. Anualmente, todos os órgãos precisam elaborar o seu orçamento para o exercício seguinte na etapa de planejamento.

E o orçamento público, então, ele é o recurso formado pelo recurso que o estado se apropria da sociedade para devolver sob a forma de bens e serviços, visando principalmente a qualidade de vida da população e ao provimento dos serviços essenciais: saúde, educação, segurança, né? Embora todas essas funções de governo têm, por obrigação constitucional, ser compartilhada dentro do pacto federativo por todos os entes, a gente sente mais no município essa presença do estado como um todo por conta de que as obrigações ficam para o município, embora nem sempre os recursos financeiros para assegurar todos esses serviços sejam assegurados pela Constituição e nem sempre partilhados pela União e pelos estados. Então, o orçamento público é essa ferramenta que o governo tem, tanto o Governo Federal, estadual e municipal, para planejar como é que vai ser utilizado o recurso público que ele arrecada na forma de tributos, taxas, contribuições e transferências que a gente recebe do governo do estado e do Governo Federal anualmente elaborado visando prover o município de serviços públicos adequados, né, e também realizar novos investimentos para sempre assegurar a qualidade desses serviços e o crescimento do município também.

Então, como eu disse inicialmente, nesse primeiro ano de gestão, nós tivemos aqui a elaboração do Plano Plurianual para vigorar nos próximos quatro anos, e anualmente desse PPA vai sair uma LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é encaminhada para a Câmara no mês de abril, e o orçamento, que vem no mês de outubro para discussão e aprovação até o final do exercício, ditando então onde os recursos públicos que vão ser arrecadados no próximo exercício vão ser utilizados.

Como eu disse, o orçamento, ele se torna uma fatia do PPA. Então, tudo que foi discutido com a população durante a campanha, o que veio de sugestão, foi tudo colocado aqui dentro do plano de governo, do PPA, de acordo com as disponibilidades, né, com as expectativas de arrecadação dos próximos exercícios. Aí a LDO anualmente vem filtrando essa fatia que vai ser executada no próximo exercício, e no orçamento ocorre todo o detalhamento em uma codificação padrão, né, para que seja possível identificar o quanto se gasta em saúde, educação. Então, o orçamento não é um conjunto de códigos apenas, né? Se a gente pegar os anexos: “Ai, mas por que toda essa numeração?”, porque tem que ter padrão para ter transparência, para ter apuração correta das informações. Então, no orçamento ocorre a alocação dos recursos em termos de receitas e



despesas, todas codificadas com uma padronização que vale para todos os entes da Federação, a nível nacional, para que possa ser feita a consolidação das contas públicas, e para que realmente se coloque em prática a peça mais operacional das três peças de planejamento, né, o PPA, o plano de quatro anos seja colocado anualmente em prática através do orçamento.

O conteúdo do projeto de lei do orçamento, ele vai prever, então, os orçamentos fiscal e da seguridade social, a previsão da receita e afixação da despesa do governo... de todo o município para o próximo ano. É importante ressaltar que o orçamento, ele é do município, não é da prefeitura, né? Então, o que é que compõe o orçamento do município? Toda a administração, todo o Poder Executivo, formado pela administração direta, prefeitura, e toda a administração indireta, que é composta pelas autarquias, o Seprev e o Saae, e também pela Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura (Fiec), e também pelo Poder Legislativo. Então, aqui estão todos os órgãos do município. Quando a gente for falar em termos de valor total de orçamento, nós não estamos falando do orçamento, somente do Poder Executivo nem somente da prefeitura; é o orçamento de todas essas entidades do município, todos os órgãos aqui públicos municipais do município.

O conteúdo, então voltando aqui, do projeto de lei orçamentária vai ter autorização para a realização de alterações orçamentárias, porque o planejamento, ele é realizado um ano antes da sua execução e muitas ações vão demandar essas adequações, porque o cenário econômico é dinâmico, né, as licitações, às vezes, elas demoram um pouco, tem recurso, não acontece naquele momento que foi programado, então tem que ajustar no ano seguinte para sua realização e finalização. Então, faz parte, né, desde... da permissão que existe na Lei 4.320/1964, já existia previsão para essas alterações. Imaginem hoje, em um mundo muito mais dinâmico, o quanto elas se fazem mais ainda necessárias. E também todos os anexos, que, como eu disse, envolvendo classificações, são muitas codificações de receita e despesa, de acordo com as normas que regem a contabilidade pública. Então, nós temos um ramo da contabilidade que cuida somente da parte da administração pública, que se diferencia das demais contabilidades [ininteligível] da contabilidade comercial, por exemplo, que a gente tem a contabilização do orçamento. Então, essa é a fase do controle, né, do planejamento que existe... e que a contabilidade pública viabiliza.

Então, na lei orçamentária a gente vai ter uma classificação institucional que vai dizer serve para que essa codificação, né, para dizer qual é o órgão que está executando a despesa ou que está realizando a arrecadação: se é a prefeitura, através das suas secretarias, como a Secretaria Municipal de Educação, de Saúde, se é a autarquia de água e esgoto, o Saae, se é a autarquia de previdência e



saúde, que é o Seprev, se é a Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura, a Fiec, se é a Câmara Municipal, né? Então, para isso tem uma codificação institucional. Depois, nós vamos ter uma codificação da funcional programática, que vai indicar em que área está sendo gasto o recurso: se é na prefeitura, na Secretaria de Educação, se o recurso, ele vai ter lá uma codificação, uma função doze, que significa “educação”, e depois vai ser a subfunção, que vai falar se é alimentação escolar, se é educação infantil, se é educação fundamental, ensino médio, ensino superior, e assim por diante. Então tem... essa codificação serve para dar transparência ao gasto público e para consolidar as contas a nível nacional também, porque se não tiver um padrão, fica difícil de dizer que caminho a gente está indo, onde o recurso está sendo aplicado, e assim por diante.

Então, aqui é só para trazer uma ilustração de como é a codificação da receita, né? Ela tem, no nosso caso, a nossa máscara de códigos, ela vai... tem quatorze dígitos. A gente usa em alguns casos de receita a codificação até o... nível de detalhamento até o décimo quarto dígito em algumas situações. E cada código desse, ele tem uma significância, né? Então, a gente vê aqui que a categoria econômica é um... o primeiro dígito na receita... Ela pode ser um ou dois. Um indica que é uma receita corrente e dois indica que é uma receita de capital. Por conceito, uma receita corrente, ela pode custear qualquer despesa. Já uma receita de capital, se o dígito fosse dois, só poderia ser utilizada em uma despesa de investimento, relacionada à compra de um bem, a uma aquisição de um imóvel, um material permanente, a realização de uma obra, uma construção de algum prédio, né? Então tem todas as regras. E, assim, então, para classificar a receita do imposto de renda retido de uma pessoa física em uma prestação de serviço para administração pública, a gente precisa usar todos esses códigos, né, parametrizados no sistema para poder lançar ali o valor da arrecadação, e isso vai valer em todas as esferas de governo, de forma que é possível saber na consolidação das contas quanto foi arrecadado de imposto de renda pessoa física no Brasil inteiro, por conta dessa padronização. E também para a gente ter essa transparência.

Já na natureza da despesa, a gente tem como dígitos iniciais o dígito três e o dígito quatro. O três é despesa corrente, que são as despesas de pessoal e de custeio, e o quatro seriam as despesas de investimento. Então, para relacionar, a receita dois, que é receita de capital, obrigatoriamente tem que ser utilizada em uma despesa que começa com o dígito quatro, de capital. A receita corrente um pode ser utilizada em qualquer uma delas, porque ela não tem restrição, salvo a destinação, né, a finalidade do recurso. Por exemplo, um recurso da CIP só pode ser utilizado na iluminação pública, agora está sendo ampliado o entendimento para que seja utilizado também nos serviços de monitoramento relacionados à segurança pública, mas ele não poderia, por exemplo, custear uma folha de



pagamento, a ser utilizado na aquisição de medicamento. Então, cada recurso tem sua regra de utilização, fora as regras dos códigos da contabilidade pública para todos os entes. Então, nesse exemplo aqui, toda essa codificação que vai constar nos anexos do orçamento, para a gente traduzir ela, então ela é uma despesa corrente, ou seja, de manutenção da administração pública. O um identifica, no segundo dígito, que é uma despesa relacionada a pessoal e encargos, à folha de pagamento, o noventa é uma aplicação direta, noventa e um seria um recurso que vai ser destinado ao Seprev, ao Saae, por exemplo, no pagamento das despesas com consumo de água e esgoto, de plano de saúde ou previdência dos servidores, porque pertence ao mesmo orçamento, são entidades integrantes do mesmo orçamento, seria noventa e um. Quando a gente faz o pagamento da despesa para um órgão externo ou para uma pessoa de fora, aí é aplicação direta, noventa. O elemento de despesa é onze, que indica vencimentos e vantagens fixas, então seria salário. Para o recolhimento de encargos, aqui seria treze no elemento de despesa, e não onze. Então, tem todas essas particularidades na codificação. E o subelemento, ele é detalhado durante a execução. Então, aqui, por exemplo, se é salário, se é férias, né, décimo terceiro, então vai tendo tudo subelemento certinho para dar cada vez mais transparência para a informação do recurso público, de seu destino.

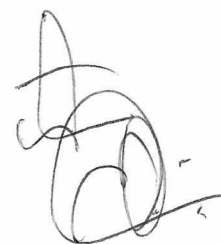
Então, aqui a classificação institucional. A gente tem o órgão que vai acontecer a despesa do orçamento — prefeitura —, em qual secretaria, que é a unidade administrativa da prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação, está subdividida no Departamento de Educação Básica, e aqui, olha, a função doze identifica que é uma despesa relacionada à função educação; a subfunção trezentos e seis, alimentação escolar; o programa mil e dez, que é gestão educacional; e a ação aqui começa com o número dois, que indica que ela é contínua de manutenção. Se fosse uma construção, por exemplo, aqui seria um projeto que começaria com o dígito um, para indicar que é uma ação pontual, que tem começo, meio e fim, né, porque o prédio não vai ser construído para sempre. Ele tem um prazo: vai ser vinte e quatro meses, dezoito meses, tem começo, meio e fim. Então, seria um... o projeto aqui, a ação seria iniciada por um. Como é dois, é ação contínua, todo orçamento vai ter, e está relacionado ao quê? À ação... o nome dela é “fornecimento de alimentação escolar”. Então, vocês vejam a quantidade de códigos que vão ser utilizados para poder fornecer a alimentação escolar, né, todos os dias para os alunos da rede municipal. E por que tanta codificação? Material de consumo, que aqui é três, três, despesas correntes, né, outras despesas correntes, aplicação direta, trinta, material de consumo. Aí lá no subelemento vai ter gêneros de alimentação durante a execução. Por que tantas fichas? Vocês observam que a diferença entre elas está aqui? Esse é um grande instrumento que foi criado na contabilidade pública, que amarra aqui a execução



orçamentária, a parte do orçamento, com a conta bancária. Então, aqui, quando é zero um, eu sei que o recurso que vai estar sendo utilizado aqui é recurso do Tesouro, arrecadação do município. Quando inicia por zero dois é do estado; e zero cinco, é da União. Então, os programas de PNAE, de alimentação escolar do Governo Federal, eles estão todos subdivididos, e vai mudando a codificação conforme: ah, é do Governo Federal para o ensino infantil, é do governo estadual para o ensino médio. Então e cada um deles vai estar associado a uma conta bancária. Então, a despesa, ela nasce amarrada. A gente já está dizendo onde vai ser gasto e de que conta bancária vai sair o recurso, né, qual é a fonte de custeio, e isso é exatamente o planejamento e o equilíbrio orçamentário para quê? Para que nunca... sempre seja dada a fonte de financiamento, a gente nunca incorra em um déficit orçamentário, porque se a receita da fonte zero dois não entrar, a despesa não pode acontecer também, né? Então, talvez ela tenha que ser suprida com zero um, se tiver disponibilidade, ou indica que alguma medida vai ter que ser tomada pela administração porque algo saiu fora do controle. Então é tudo amarradinho, casadinho, para bater exatamente os dois lados do balanço, tanto a receita quanto a despesa, não só no geral, mas em cada detalhezinho de cada fonte de recurso.

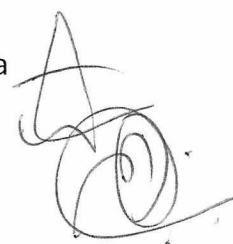
Aqui é aquela codificação que a gente deu no exemplo, então, de vencimentos e vantagens fixas, que seria folha de pagamento, né, de salários. Então, a gente tem aqui os encargos, como eu falei, ou... se é INSS, é três um, noventa, treze; se é Sprev, que é integrante do orçamento, a modalidade de aplicação noventa e um, três um, noventa e um, treze. Então, só para dar uma pincelada, assim, a importância dessa classificação da despesa, o nível de detalhamento e de informação que a gente tem nesses códigos. Então, tem uma grande significância, né? Ele está... ele é a tradução de tudo que foi previsto lá no PPA, né, para a linguagem orçamentária através do plano de contas da... relacionado à contabilidade pública. Olha, como eu disse, também, quanto... se fosse investimento, a ação não é mais dois, porque ela não é contínua; é um, porque envolve algo que vai ser... é um investimento e que tem começo, meio e fim, prazo para acontecer. Construção e ampliação de próprios públicos, que aqui são os prédios escolares. Aqui no caso, como a codificação é três meia um, é relacionada ao ensino fundamental, né, e com recursos do Tesouro, e o valor previsto para dois mil e vinte e seis, em função do cronograma aí da obra, é de seis milhões e quinhentos mil reais.

Outras ações aqui contínuas. Transporte escolar aqui relacionado ao ensino fundamental, aqui relacionado ao ensino médio, e o recurso do município, da União... do estado, da União, tudo codificado.



Então, realmente, o orçamento, apesar de os anexos serem muito técnicos, muito na base de códigos e valores, é porque eles são operacionais, é um instrumento que a administração usa trezentos e sessenta e cinco dias do ano para quê? Não simplesmente para contabilizar, mas para viabilizar a realização do planejamento estratégico que está lá no PPA, que envolve tanto a manutenção do dia a dia, o fornecimento de medicamentos, alimentação escolar, transporte, a pavimentação, o recapeamento, como os novos investimentos, que é a construção de um novo hospital, a ampliação de uma unidade de saúde, a construção de um novo prédio escolar, de uma creche, e assim por diante. Então, é essa a codificação que vai ser trabalhada durante trezentos e sessenta e cinco dias para entregar uma fatia do Plano Plurianual, do planejamento estratégico. E esse planejamento estratégico que a gente já passou nas audiências anteriores, durante o ano, que a gente veio vindo desse caminho de planejamento durante todo esse primeiro ano de gestão no PPA, né, foi feito, só recapitulando, de que forma? Levantando os programas que possuíam algum tipo de reivindicação da população para melhoria, ou que a própria administração detectou a necessidade de ampliação de melhorias. Quais os problemas que a gente está tendo? Diminuir o tempo de espera para a realização de exames, consultas, as ruas estão precisando de tapa-buraco, recapeamento, está precisando de uma nova unidade de saúde em determinada região, tem falta de vagas em creches, então precisa de uma unidade nova, né, de educação infantil, e assim por diante. Então, a partir desse levantamento, dos diagnósticos que são feitos pelas áreas competentes e pelo prefeito, que está constantemente aí em contato com a população nas audiências, através também da participação dos vereadores, que são os representantes da população, as sugestões vão chegando, as reclamações, reivindicações, e tudo isso é analisado e, dentro da nossa capacidade arrecadatória então, é elencado. Esse planejamento aí... é feito um planejamento para atender as demandas, e ele é incluso em cada ano do orçamento.

Então, são feitos esses estudos para minimizar. Às vezes não é possível solucionar, mas é possível minimizar. Imaginem um município que não tem recurso... ele tem falta de vaga em creche, não tem o recurso para construção. Mas, espera aí, tem como minimizar o problema? Eu consigo resolver de uma outra forma? Então, é toda a criatividade, a competência aí da gestão de viabilizar soluções. Então, “ai, eu não tenho recurso para construir, mas se a gente alugar um imóvel, eu consigo atender”. Se for suficiente para atender, então não é necessário fazer um investimento. De forma paliativa a gente consegue minimizar o problema atendendo as crianças da mesma forma em um prédio alugado, já que não é possível realizar a construção, não tem um recurso. Enquanto isso vai-se atrás de um financiamento para pagar em suaves prestações. De repente, pelo valor que paga o aluguel, paga a prestação de um financiamento, e o prédio acaba

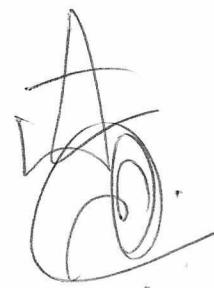


sendo da prefeitura e depois de um tempo ela não vai ter mais a despesa com aquele aluguel. Isso é uma ginástica financeira, orçamentária, estratégica que a administração pública convive diariamente. E faz parte, né? A gente às vezes acha que resolveu uma demanda e aparecem mais cinco, e aí, dentro da capacidade de arrecadação, elas vão... nunca são esquecidas. Elas ficam no radar para, assim que for possível, surgir uma oportunidade, um excesso de arrecadação, ela possa ser antecipada ou incluída no planejamento. Além disso, a gente não pode esquecer que o planejamento, ele também é direcionado pelas propostas que foram... que constaram do plano de governo, que foi eleito pela maioria da população durante a campanha eleitoral. Então, eles... os projetos têm que ter prioridade porque foi um compromisso do candidato, hoje prefeito eleito, para com a população. Também a gente tem toda a participação dos conselhos na atuação da administração pública, e tem que respeitar todos os planos municipais vigentes, que já foram compartilhados com a população e tiveram a aprovação do Legislativo e estão vigentes, precisam ser observados. Então, nós temos os planos municipais de Defesa Civil, Educação, Saúde, Assistência Social em todas as áreas e Plano Diretor, que já estão dando as diretrizes para onde a administração deve caminhar. É mais o detalhe que vai ser decidido na execução do orçamento e o momento de se fazer cada coisa, em função das prioridades e sempre da capacidade arrecadatória.

A participação da sociedade, como eu disse, também através das audiências públicas. Ela nunca pode ser considerada limitativa, porque nós realizamos a audiência nos momentos da elaboração e aprovação das peças e planejamento, mas nós temos uma administração muito atuante, em que é possível as sugestões chegarem através das redes sociais, das audiências presenciais com o prefeito, do serviço zero oitocentos, nós temos a Câmara Municipal constantemente à disposição da população. Então, esse diálogo, ele é muito produtivo e ele acontece independentemente, não somente nas ocasiões da audiência pública. A gente tem várias alternativas, e a população sempre tem as oportunidades aí de participar. Claro que toda sugestão vai ser sempre submetida para uma análise técnica quanto à viabilidade, à legalidade e ao crivo do poder... do chefe do Poder Executivo, que é o prefeito, enquanto a oportunidade, a condição, né, de se executar isso e em que momento que ela vai ser inclusa no planejamento.

Então, aqui todos os canais alternativos de contato, que demonstram aí a abertura da administração sempre para que a gente construa a nossa cidade sempre junto.

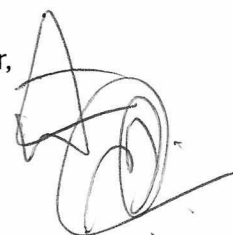
A gente gostaria de ressaltar que desde o início do ano a gente... com a nova gestão, a gente... a fim de promover o diálogo e incentivar a participação popular, a gente também disponibilizou a ferramenta denominada Planejamento Interativo no site da prefeitura. Ela ficou disponível para que as sugestões, o elenco das



prioridades fosse realizado no período de dezessete de março a trinta e um de maio e... de forma que essas contribuições da população ou a seleção das prioridades pudessem ser aproveitadas em todas as peças de planejamento cuja elaboração se dava no exercício de dois mil e vinte e cinco, para vigorar a partir do ano seguinte, tanto do PPA quanto a LDO e quanto a LOA. E essa ferramenta ficou disponível durante todo esse período, viabilizando a participação popular em qualquer dia e horário, sem restrição de horário de audiência, né, que a gente já faz as audiências no formato virtual justamente para que a população possa acompanhar em qualquer momento e também possa participar, e aqui a gente tem que colocar um prazo para fazer um corte por conta dos prazos que a gente tem para realizar a... para elaborar a Ata da audiência, para encaminhar os projetos para a Câmara. Então, os prazos são muito mais por conta de obediência à legislação do que em relação à possibilidade de participação.

Então, essa ferramenta teve essa carinha aqui no site da prefeitura esse ano, né? Começou lá na... em março, que a gente tinha que elaborar a LDO, depois o PPA. Ela está disponível inclusive com as estatísticas, as participações, as respostas, o que foi sugerido, as respostas para consulta a qualquer momento. Nesse formulário bastava a pessoa se identificar, selecionar três áreas do plano de governo que seriam prioritárias e, dentre elas, duas ações para ajudar a administração a falar: “No primeiro ano, o que a gente vai fazer? No segundo, o que é mais prioritário?”, e, em função disso, ir definindo a estratégia dos próximos exercícios. Então, por exemplo, dentre todas as áreas de atuação da administração — saúde, assistência, habitação, educação, saneamento, serviços urbanos —, escolhia-se... por exemplo, ah, escolhia mobilidade, para mim é prioridade. Daí tinham várias opções para selecionar duas opções que considerava mais prioritárias, né, ou se, de repente, nenhuma das opções que constam do plano de governo é considerada prioritária para a pessoa, ela poderia estar indicando aqui uma nova sugestão, não satisfeita com aquele elenco: “Não, para mim eu gostaria que fosse incluído algo que ainda não está nessa relação”, né, para que seja analisado e, futuramente, incluído aí no planejamento.

E a partir disso, com toda essa direção, com todo esse elenco de prioridades, foi elaborado o Plano Plurianual, que foi recentemente aprovado, e aí, na elaboração do orçamento, foi realizado um filtro do que vai ser feito no próximo exercício. Primeiramente, é necessária a acomodação de todas as despesas fixas, não dá para sair construindo escola, ampliando unidades, se a gente não dá conta do custeio atual. Então, primeiro a gente tem que dar conta do nosso custeio para, posteriormente, visualizar se dentro da nossa capacidade arrecadatória é possível incluir algum investimento. Então, primeiro a gente assegura as despesas que a gente já tem que custear, que são as despesas fixas, assim como no orçamento doméstico. A gente não vai trocar de carro se a gente não tem dinheiro para comer,



né, porque a gente precisa sobreviver. Então é essa a ideia. Então... de forma que primeiro foi elencado todo em função... foi definida a receita uma... Se a gente for pegar o balancete da receita no site da prefeitura, a gente vai ver lá que tem quase quatrocentas rubricas de receita, e cada uma dessas receitas, ela é cuidadosamente analisada e prevista a sua possibilidade de arrecadação no exercício seguinte para delimitar o quanto é que a gente pode gastar, considerando que a gente já tem despesas fixas. Aí encaixou essas despesas fixas, quanto sobra para investimento? É essa conta que tem que ser feita, assim como no orçamento doméstico. Então, assegurados os recursos para folha de pagamento, telefone, água, energia, combustíveis, peças, serviços, encargos especiais, que são os contratos de financiamentos, os precatórios, as obrigações do Pasesp, fornecimento de medicamentos, material didático, alimentação, transporte escolar, enfim, é uma lista extensa, né, de todos os serviços, materiais e insumos que a administração utiliza, tarifas bancárias, elaboração de projetos, locação de móveis, manutenção de bens permanentes, então apura-se todo esse... custo de todas essas despesas. Esse trabalho é feito por todas as unidades, então todo mundo trabalha, um esforço conjunto de uma equipe para levantar essas informações, né, considerando os reajustes, a inflação, todo o cenário econômico, para então determinar o que vai poder ser incluído de novo nesse orçamento que a gente tenha condições de assegurar o seu custeio.

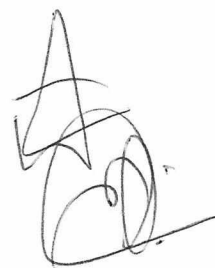
Então, feito o levantamento das fontes de financiamento, que são as receitas das ações desenvolvidas, é óbvio que não caberia todo o planejamento de quatro anos em um ano. Por isso que ele é fatiado. A nossa realidade sempre vai ser de recursos escassos para demandas ilimitadas, porque o recurso é finito. A gente não emite moeda. A gente depende de uma realidade arrecadatória do município. Então não adianta a gente querer gastar três bilhões se a nossa capacidade de arrecadação é dois e setecentos. A gente tem que trabalhar para aumentar essa arrecadação, para conseguir executar mais. Só que sempre as demandas... né, a população vai crescendo, a cidade vai crescendo, então vai exigindo mais recursos do que a capacidade real de arrecadação. Então, a peça de planejamento, o orçamento, vem para trazer todo mundo para a realidade arrecadatória e dizer: "Olha, não é possível executar... construir duas escolas em dois mil e vinte e seis, mas dá para fazer uma e em dois mil e vinte e sete a gente faz outra". Ah, e se... e durante dois mil e vinte e seis... na hora do jogo, né, porque eu falo que o orçamento é treino. Se na hora do jogo houver espaço, nós tivermos um excesso de arrecadação, alguma arrecadação surpreender e ela for consistente e se produzir para os próximos exercícios, a gente pode até antecipar o que seria feito só em dois mil e vinte e sete. O que não dá é para colocar duas escolas se a gente só tem espaço para construir uma, porque daí isso seria uma irresponsabilidade fiscal, e a gente tem que estar sujeito ao cumprimento de



várias normas simultaneamente. Então, nós temos que andar na forma da lei. Então, os recursos são escassos, as demandas, ilimitadas, e a peça de planejamento então vem destacando as prioridades de governo, as ações mais necessárias, por isso que a gente pede a colaboração da população para identificar essas prioridades, e sempre elas vão ser executadas de uma forma que caiba dentro da nossa arrecadação. Se porventura, como eu disse, a receita durante o processo de execução for ampliada, é possível, né, acrescentar mais coisas na despesa. Do contrário, a gente tem que seguir o que foi planejado. E é porque a gente tem que sempre se atentar aos princípios legais e sempre procurar executar com eficiência... eficiência, eficácia, economicidade e legalidade, principalmente, para a gente sempre ter a aprovação das contas e a administração sempre ter as contas aprovadas, porque isso é importante para o município.

Bom, então no processo de planejamento estratégico e orçamentário, estratégico, levantamento das necessidades, das demandas, a forma de resolver, o orçamentário, aquele que vai trazer quanto custa, quanto a gente tem capacidade de arrecadação e quanto custa fazer tudo o que a gente está prevendo ou tem necessidade, na fase de planejamento isso vai estar limitado à receita estimada, né, descontando as despesas de caráter continuado, que é o nosso... são as nossas despesas fixas, vai ter uma margem aqui para investimentos. Na fase da execução, que é na hora do jogo mesmo, não é mais o treino, a receita realizada mais eventual superávit financeiro, algum recurso que sobrou do exercício anterior, menos as despesas de caráter continuado é que vão dar aí a margem para os investimentos. E aqui na receita realizada pode estar inclusive um excesso de arrecadação. Então, a receita pode ser ampliada. Agora, é mais difícil conter a despesa, por que no que a gente tem que pensar? Para cada real de receita previsto, a gente está avalizando um real lá na despesa. Se dá algum problema na receita e ela não é arrecadada, nós vamos ter que executar um contingenciamento. Então, realmente isso não pode acontecer, né, de dar uma falha no orçamento. Uma receita que não vá se concretizar, ela vai gerar um grande problema lá na frente, alguém vai ficar sem receber, porque se eu não tenho a fonte de financiamento, eu vou executar uma despesa sem ter o lastro financeiro. Isso não é uma medida fiscalmente recomendável.

Então, como a gente falou, o nosso orçamento público, ele é basicamente o nosso orçamento doméstico. A gente consegue fazer plena... traçar plenamente um paralelo. E para vocês terem uma ideia da ginástica que a gente tem que fazer, é comum realmente na nossa casa, né, no nosso ambiente pessoal. Supondo que a gente tem um salário de três mil reais e a gente tem já essas despesas fixas: supermercado, água e esgoto, energia elétrica, telefonia, combustível, farmácia, IPTU e outros. Então, nós temos um salário de três mil e despesas fixas de dois e



quatrocentos. Aparentemente, nós temos um saldo líquido de seiscentos reais para dispor, ah, para planejar a troca de um veículo, uma viagem ou aquisição de um imóvel, ou investir mesmo, né, guardar para a faculdade dos filhos, né, para pagar a faculdade dos filhos, alguma necessidade, alguma dor de barriga, né? Então, a sobra aparentemente poderia ter qualquer destino escolhido, mas imaginem que durante os meses aí alguém chega e fala assim: “Olha, nós estamos com um problema aqui na empresa e a gente vai precisar reduzir vinte por cento do seu salário para não te demitir”. Ou seja, vinte por cento de três mil reais são exatamente seiscentos reais que estavam sobrando. Aí você já não vai ter mais margem, já começa a ficar um orçamento apertado, né, difícil. Ou então... A administração pública convive com isso? Convive. Nós recebíamos trinta milhões no exercício de dois mil e vinte e três do Salário-Educação do Governo Federal. De repente, mudou uma interpretação, a gente passou a receber quatorze, só dezesseis milhões a menos, e ele ajudava a financiar a alimentação escolar. Então acontece isso? Acontece. Muita gente passou por isso na pandemia, ou perdeu o emprego, ou teve redução de jornada, de salário, não é? Então, no orçamento público também acontecem essas coisas. Nós estamos aí às vésperas da entrada aí de teste de implementação da reforma tributária, a gente está muito receoso, mas enquanto ainda não tiver esse ano de dois mil e vinte e seis, é teste, a gente está vislumbrando que os municípios mais industrializados aqui da Região Metropolitana de Campinas vão ter grandes perdas com essa mudança, mas a gente tem que aguardar para... né, acompanhar e estar com o olho ali, prestando atenção, mas é algo que já está aprovado, que a gente não tem muito como mudar. Então, talvez tenha aí uma repriorização de ações depois da entrada em vigor, do conhecimento real desse impacto, que hoje a gente não consegue dimensionar. E do lado da despesa, também pode acontecer algum imprevisto, não pode? Ah, aí está tudo equilibrado aqui, está inclusive sobrando seiscentos reais. Aí alguém vem, chega e fala assim: “Olha, deu um problema na economia, o petróleo subiu, o combustível vai dobrar de valor”. Então, hoje eu gasto de combustível quinhentos reais. Se ele passar para mil reais, vocês concordam que daí o saldo líquido aqui já mudou totalmente? Então, o que a gente quer dizer com isso? Que assim como no orçamento doméstico está sujeito a chuvas e trovoadas, o orçamento público também. É a mesma coisa no nosso dia a dia. Quando a gente faz uma previsão da receita, o cenário econômico é um, a gente faz uma previsão — previsão não é precisão —, com base em histórico, totalmente fundamentado, mas acontecem fatos que ultrapassam a capacidade de qualquer previsão, e nisso a gente sempre trabalha para que, ainda que aconteçam eventualidades, a gente consiga se sustentar por um tempo para ter um período de análise de tomada de providência. Nunca no gargalo, porque fica difícil, assim como no orçamento doméstico, a gente ser surpreendido. Agora, imagine se de repente acontecem os fatos imprevistos tanto

do lado da receita, a redução salarial, quanto o aumento de despesa. Aí fica difícil mesmo. E, assim, são muitas vidas, né? Uma cidade de quase trezentos mil habitantes, a responsabilidade é muito grande. Então, o planejamento tem que funcionar e tem que fazer a perspectiva para o futuro, para que não funcione só hoje, mas funcione nos próximos anos também, e essa é a nossa função.

E muita gente não entende que o orçamento, ele não é, assim, tão discricionário quanto parece, que, ah, vai... São dois bilhões para decidir onde vai gastar? Não. Ele já está praticamente todo gasto, né? A gente já sabe que nós temos as despesas fixas todo ano, não são despesas que um ano tem e outro não. São despesas contínuas, então elas vão existir todo ano, né? Tem o reajuste do funcionalismo, serviço público basicamente essencialmente é prestado por servidores públicos, então a nossa folha de pagamento tende a ser muito expressiva por conta de ser um serviço público, depende de pessoas para funcionar, né? Além disso, os recursos são vinculados: é dinheiro específico da educação, da CIP. Nós temos praticamente, né, muitas contas bancárias — contando as contas correntes mais aplicação, quase duzentas contas bancárias — para administrar cada uma de um recurso da União, do estado, para educação, para saúde, para segurança, para assistência social. Então, os recursos são muito vinculados. Poucos são os recursos que a gente tem a discricionariedade, a liberdade, né, de dar outro destino. Então, muitas vezes não cabe ao prefeito decidir como, quando e onde aplicar o recurso; ele já vem carimbado, já tem um destino certo. Além disso, das vinculações das receitas, também tem decisões judiciais que impõem aos entes da Federação a geração de despesas através de exigências, como o fornecimento de medicamentos, que não está previsto no orçamento, no alto custo, a gente nunca sabe exatamente qual vai ser a demanda e, às vezes, a responsabilidade seria do estado e da União, mas sempre acaba sobrando para o município, ou quase sempre, né? E se não cumprir, o município fica sujeito a multas altíssimas. Então, os prefeitos realmente são muito pressionados, e não existe essa liberdade que o pessoal imagina em relação ao orçamento público por conta de todas essas regras e de todos esses códigos, que denunciam se fizer alguma coisa errada. Então, é realmente para cumprir, para seguir à risca a legalidade. A Lei de Responsabilidade Fiscal, o equilíbrio orçamentário é um desafio muito grande para o administrador. Então, dessa forma, a gente tem que compreender que muitas vezes o recurso vai ser direcionado para a cidade, às vezes não existe espaço no orçamento para se discutir sobre o interesse individual de um bairro, né? Tem que ser de uma região do município, é um interesse realmente público, e não particular, que vai nortear as prioridades e as decisões aí dentro da estratégia do governo. E também tem que estar de acordo com todos os planos municipais vigentes. E, principalmente, a gente tem que atender o básico e o necessário.



Bem, em relação à conjuntura econômica, como a gente falou na questão da montagem do orçamento, que muito se assemelha ao orçamento doméstico, é a questão da conjuntura econômica, porque olhar para a economia... a gente tem que saber, ah, se a inflação está alta, de repente pode viabilizar o aumento de arrecadação porque vai corrigir, mas também corrige a despesa. Então, é uma falsa ilusão, né? Não é bom isso. Por outro lado, também a gente tem não só o cenário doméstico do Brasil, também o estado de São Paulo, onde a gente está inserido, o município está inserido, que pode ter um comportamento na economia um pouco diferente da economia nacional, e tem todo o cenário internacional nesse mundo globalizado, que qualquer evento lá fora acaba interferindo no país, na cidade que a gente vive, né? E a gente tem que fazer essa análise da conjuntura econômica para que a gente possa tomar as melhores decisões, saber para onde o mundo está caminhando, para onde a economia está caminhando, né, para poder fazer as projeções mais próximas possíveis da realidade, e que ela seja... que a despesa se enquadre dentro dessa realidade, né? Então, tudo pode influenciar: o nível da atividade econômica, a taxa de juros, o câmbio, nós temos insumos que são em dólar, né, e assim por diante. Então, a gente precisa fazer um trabalho consistente, e para isso a gente tem que olhar não só para o nosso umbigo, mas para o mundo todo.

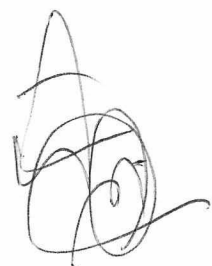
Então, a gente está conectado, né, e nesses... a gente tem que saber disso, e, assim, as notícias... a gente recorre aos acompanhamentos das notícias que são divulgadas diariamente, e a gente sempre percebe que a palavra “incerteza” tomou conta do cenário global há muito tempo, e ela não está sumindo desse cenário, né? Muitos anos a palavra “incerteza” persiste aí no noticiário. E a tarefa de fazer o orçamento e planejamento não é, como eu disse, somente juntar números, formar códigos e valores. A gente tem que ter estratégia, porque a gente realmente quer que o Plano Plurianual daqui quatro anos seja entregue para a população, né? Então... e a gente trabalha nesse sentido, mas a gente trabalha com planejamento, com previsões, com cenários que mudam, que são muito dinâmicos. A gente não tem uma ferramenta chamada bola de cristal. Então, é isso que a gente tem que entender, é tudo muito dinâmico e sujeito a alterações. Às vezes, se a receita não se comportar conforme o previsto, uma obra pode ser que tenha que ser adiada, do mesmo jeito que se ela se comportar além do previsto, a gente pode antecipar alguma. Então, a gente precisa ter essa compreensão, tem que ter essa flexibilidade, tem que ter esse entendimento de que as coisas mudam, mas a gente nunca pode perder o objetivo, né, de estar sempre com a meta ali na frente para ser perseguida. A justificativa dela não ter ocorrido tem que ser sempre baseada em um fato importante e realmente capaz de causar esse impacto para ela não ser realizada.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.

É claro que um ambiente favorável ao crescimento econômico, quando a economia está funcionando, a arrecadação pública melhora e possibilita o desenvolvimento. A inflação alta, apesar de influenciar, eu corrijo pela Ufesp, IPTU? Ótimo. Se der mais inflação, vou corrigir mais, mas a gente não pode esquecer que os nossos insumos talvez sejam corrigidos ainda mais que a inflação, porque a Ufesp nem sempre acompanha a inflação, e tem contratos que são corrigidos por outros indicadores que dão acima da Ufesp e do IPCA também. Então, nesse escopo, com todas as considerações e acompanhamento das matérias relacionadas à economia amplamente divulgadas pela mídia, a gente buscou trazer para essa exposição um resumo dos principais aspectos acerca do comportamento da economia nacional e internacional e que a gente considerou para a elaboração da peça orçamentária para o exercício de dois mil e vinte e seis.

Um periódico que a gente acompanha, que são os dados, né... as projeções do mercado para a economia brasileira e traz os dados do IPCA, do PIB e da Selic, que interessam ao nosso estudo, o nosso planejamento. O IPCA hoje está... a previsão seria no boletim que foi considerado aqui na elaboração da proposta de dez de outubro, considerando o prazo para encaminhamento do projeto à Câmara; a inflação prospectada para dois mil e vinte e cinco é quatro e setenta e dois, próxima de cinco por cento e acima da meta; o PIB, dois e dezesseis; e a Selic, mantida em quinze por cento, que é altíssima, mas por quê? Porque a inflação estava, nos periódicos anteriores, com projeção de crescimento. Agora que ela começou a dar sinais de queda, pode ser que para o próximo ano essa Selic, como está prospectado aqui para dois mil e vinte e seis, chegue nos doze e vinte e cinco, mas ainda assim é muito alta. E o periódico, ele traz sempre o exercício corrente e semanalmente ele é atualizado. Então, vocês imaginem, se semanalmente isso pode mudar, a gente fazendo o orçamento, encaminhando para a Câmara em outubro, durante a execução, lá em outubro do ano seguinte, será que o cenário vai estar dessa mesma forma, né? Nós vamos ter eleições. É muito dinâmico. Então, o que a gente fala? Vamos fazer um planejamento da forma como está hoje, e a gente tem que ir acompanhando o dia a dia para ir adaptando em função das necessidades, para nunca ser comprometido o equilíbrio das contas.

Bom, em relação ao IPCA, que é o índice que mede a inflação oficial do país, as projeções sinalizam que a inflação deve ficar quatro e setenta e dois, acima da meta de três por cento, que foi definida pelo Conselho Monetário. O intervalo de tolerância é de um e meio ponto percentual para cima ou para baixo, então se ela ficasse entre um e meio, quatro e meio, estava dentro da margem de tolerância, mas a previsão, como a gente viu anteriormente, é que ela fique acima. Conforme os dados divulgados pelo IBGE, o IPCA, que mede a inflação oficial do país, foi de zero vírgula quarenta e oito por cento em setembro. Em agosto, a gente tinha registrado a primeira deflação do ano, de zero vírgula onze. O interessante é que o

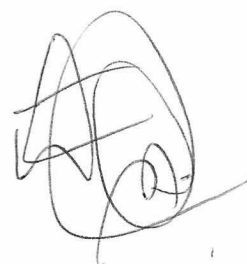


mesmo item que colaborou para a elevação da inflação em setembro foi o mesmo que contribuiu para o resultado de deflação no mês de agosto, que foi o quê? O item do grupo Habitação relacionado à energia elétrica residencial, porque nas contas do mês de agosto houve o crédito da inclusão dos bônus de Itaipu nas faturas, que acabou reduzindo o valor. Só que como é só pontual, para o mês de agosto, então para setembro foi... já não constou esse bônus, obviamente, as contas subiram e acabaram colaborando para o resultado da inflação, para a elevação. E, assim, então um mês a gente faz a análise, o cenário está desfavorável, no outro parece que melhora. E isso acontece mês a mês. Então, é muito difícil a gente fixar um valor nesse momento que vai vigorar só no ano seguinte e o cenário econômico continuar alterando continuamente, né, diariamente. Então, já falamos aqui, né, do item da habitação, energia elétrica foi o responsável. E importante também ressaltar que essa energia elétrica, ela acumula uma alta já de dezesseis vírgula quarenta e dois por cento no ano de dois mil e vinte e cinco e é a maior alta para o mês de setembro em trinta anos também. É um item que precisa ser avaliado aí na composição da inflação.

Então, aqui a gente tem o mocinho e o vilão, né, porque a energia elétrica foi a vilã de setembro, mas ela tinha sido a mocinha da inflação... da deflação em agosto. Ai! Então, nesse cenário, que foi encerrado em setembro de dois mil e vinte e cinco, divulgado no mês de outubro, nós tivemos a inflação de zero e quarenta e oito. No mês anterior, tinha tido a deflação de zero vírgula onze. Comparando setembro de vinte e cinco com setembro de vinte e quatro, a inflação foi maior do que a do ano passado no mês de setembro, que foi zero e quarenta e quatro. O acumulado de janeiro a setembro, o IPCA está em três e sessenta e quatro, e nos últimos doze meses ele está em cinco e dezessete.

Aqui nesse gráfico a gente vê a evolução, aqui. Então, por isso que a taxa Selic não reduziu. Por quê? Nós saímos de um período que vocês veem aqui que estava na faixa dos quatro por cento, e aí a gente está tendo cinco por cento. Então, por isso que o Copom muitas vezes não reduz a taxa de juros, porque o movimento ainda não está convencendo de que vai reduzir totalmente, né? E ele... a função dele é manter a... trazer a inflação para os três. Por quê? Para o nosso próprio bem, para estabilidade, para poder... para manter o poder aquisitivo da moeda. E aqui a gente tem o quadro de inflação. Na análise mensal, o que a gente vê? Que realmente ela está recuando, e por isso que o boletim coloca que para dois mil e vinte e seis, se continuar nesse ritmo, há chances de a Selic diminuir, né, mas também qualquer evento inesperado pode mudar esse cenário e obrigar a revisão das previsões e a revisão do orçamento público.

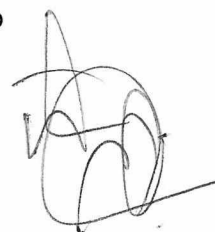
**SENHORA PAULA FERNANDA SCIAMARELLI:** Então, seguimos com as informações no momento de que provavelmente teremos um IPCA de quatro e



setenta e dois, acima da média em dois mil e vinte e cinco, e que para dois mil e vinte e seis a expectativa desse IPCA é quatro e vinte e oito. Então, ele já estaria dentro da margem de tolerância. Como eu disse, a importância de manter a inflação sob controle, né, influencia favoravelmente as decisões do Copom quanto à taxa de juros. Há riscos do distanciamento da meta. O Copom não flexibiliza a taxa de juros, né, dá o remédio amargo, que é a manutenção ou elevação da Selic, e em um ambiente que favoreça, a taxa de juros vai... a inflação, né, a redução, a inflação vai reduzir. Como é que está o ambiente brasileiro aqui dessa inflação, né, a economia? Tem sinais de moderação, embora siga desafiador, exigindo cautela. E o Copom chama a atenção para os serviços, que são um item da... que... do grupo da inflação que está sofrendo uma pressão muito alta para que suba a qualidade... a qualificação, a taxa de desemprego historicamente baixa, né, o crescimento salarial nominal, está isso favorecendo a expansão do consumo das famílias, e os serviços são preços que são difíceis de serem administrados. Então, ainda o Copom está analisando aí a questão da taxa de juros por conta dessas pressões. Então, a pressão salarial está se tornando um custo adicional e pode ser repassada para os preços, o que vai fazer com que eleve a inflação. Esse é o receio do Copom em relação à taxa de juros. A construção de um cenário prospectivo para a inflação sempre vai ter um grau de incerteza, né, no Brasil também porque tem o fator político. Então, a gente está em um momento de transição inflacionária, e as pressões são mais domésticas, relacionadas à dinâmica dos serviços, como já foi dito, nunca pode... e nunca pode ser descartada a ocorrência de fatores internos, aqui nacionais, ou externos, no cenário internacional, que podem desencadear pontos de pressão ou de alívio inflacionário nos próximos meses. Então, tudo pode acontecer tanto para mais quanto para menos, obrigando as nossas revisões. A gente só deseja que realmente a inflação caminhe para o centro da meta e a taxa de juros vá abaixo para que a gente não... né, o nosso poder aquisitivo não seja aí devorado pelo dragãozinho da inflação.

E a gente nunca pode esquecer o caos econômico que foi antes da entrada em vigor do Plano Real, quando a gente tinha uma inflação gigantesca e os preços eram remarcados. Quem viveu essa época sabe, né, de um dia para outro os preços variavam para mais, sempre tudo reajustando, e o dinheiro não comprava... não ia comprar amanhã o que a gente comprava hoje. Então, é realmente um cenário que a gente não deseja voltar e entende aí a política monetária e o controle de inflação adotado pelo Banco Central.

A Selic, a taxa de juros, a gente já falou um pouquinho dela, né, mas ela existe para garantir a estabilidade do poder de compra da nossa moeda, que é o real. Ela é um instrumento para conter realmente a inflação. A gente teria aversão a esse período de hiperinflação antes do Plano Real, pela instabilidade econômica, né, falta de



previsibilidade. Imagine fazer um orçamento público naquela época. Se os juros forem altos, então é uma restrição no crédito e também é ruim para atividade econômica, porque ela acaba não deslanchando. Por outro lado, juros menores, todo mundo tende a consumir e realizar investimentos no setor produtivo de uma forma saudável, né, com previsibilidade.

Para dois mil e vinte e seis, as perspectivas permanecem sendo de crescimento moderado para a economia brasileira. Os especialistas sempre destacam a dificuldade do equilíbrio fiscal de se manter pelo governo, é um ponto crítico aí no Governo Federal. As projeções do Boletim Focus, como nós vimos anteriormente, para o final de dois mil e vinte e cinco permanecem com a Selic em quinze por cento, a última reunião foi no dia dezessete de setembro com essa decisão, e o Copom destaca aquela palavrinha mágica “incerteza”, né, que o cenário é sempre marcado pela incerteza, exigindo cautela na condução da política monetária, e vai seguir vigilante para manter a taxa de juros, ou até, se for necessário, elevar, para que a gente não corra risco em relação à elevação da inflação e tentar convergir para a meta dos três por cento.

E a questão aqui da ilustração, né, a gente... se não tiver um freio, todo mundo sai gastando, né? Os municípios, depois da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, em dois mil, há vinte e cinco anos, têm feito a lição de casa, e o Governo Federal ainda tem dificuldades, mesmo após vinte e cinco anos aí, de gastar somente o que se arrecada, né? O Copom também destacou no cenário externo a incerteza quanto à política econômica dos Estados Unidos, exigindo cautela por conta das tensões geopolíticas, e, como a gente já disse, com o passar do tempo vão... podem surgir novos obstáculos que hoje não estão nem no radar, né, ninguém está nem imaginando. E o objetivo é que, ainda que seja mais adiante, não vai ser tão já, o corte da Selic para baixo de dois dígitos. Nem em dois mil e... dois mil e vinte e oito ainda ela está na... com dez por cento ao ano, né? Para dois mil e vinte e cinco... para dois mil e vinte e seis seria doze e vinte e cinco. Quem sabe também acontece algo favorável que permita até a revisão dessa taxa de juros para baixo antes desse período? Mas é muito... demora para fazer o efeito, né? A taxa de juros alta para conter a inflação é um ambiente econômico aí, um processo que é lento, não é fácil, mas, assim como acontecem coisas ruins, podem acontecer coisas boas e favoráveis.

E aqui é a evolução da taxa Selic desde janeiro de dois mil e vinte e quatro até a última reunião do Copom, em setembro de dois mil e vinte e cinco. Em setembro de vinte e quatro, ela iniciou só o seu período de alta e está se mantendo nos quinze por cento. A tendência é que fique nesse patamar, se nada acontecer até o final do ano.



E a gente vê que ela é cíclica, né? Subiu a inflação, ela sobe, baixou a inflação, ela baixa, e assim por diante, né, passando aí por todos esses governos. E aqui na pandemia, né, marco aqui da covid, que ela chegou a dois por cento, menor patamar histórico aí da Selic.

Bem, em relação ao PIB, né, que é o crescimento da economia, o setor dos serviços é o principal responsável pela composição do nosso PIB. Ele responde, dependendo do período em análise, por quase setenta por cento da nossa produção, que vai desde... serviços desde transporte até o serviço prestado pelas manicures, restaurantes, grandes eventos, e é o setor que mais emprega no país. Então, essa performance desse setor, ela exerce muito impacto na economia do país como um todo. Aqui nesse recorte, a gente tem aqui a análise da composição do PIB. Nesse período de análise aqui, ele estava... o setor de serviço estava respondendo por sessenta e sete vírgula quatro por cento do nosso PIB.

Bem, o PIB do Brasil subiu zero vírgula quatro por cento no segundo trimestre, quando encerrou, em junho, né, e... confirmando uma desaceleração, porque o crescimento no primeiro trimestre havia sido de uma vírgula três por cento. Então, a gente tem aqui, em relação ao mesmo período do trimestre anterior, um crescimento de dois vírgula dois por cento. A desaceleração econômica estava prevista globalmente, então... e também pela política restritiva, com a taxa de juros alta, né, é normal que aconteça isso. Como a gente falou, a taxa de juros alta também diminui investimentos, retrai a economia, mas é para um benefício maior de conter a inflação nesse momento. A gente precisa de um cenário de inflação baixa que gere crescimento em uma inflação baixa para a gente não perder... poder não perder o nosso poder aquisitivo.

Para dois mil e vinte e seis, a perspectiva de crescimento é de uma vírgula oito por cento, né? Não é um número tão considerável, mas é melhor crescer do que não crescer, sem dúvida, mas não pode ser considerado satisfatório. Se a gente comparar com a média de crescimento do Brasil, ele está abaixo, a previsão do ano que vem está abaixo da média do crescimento que foi medida desde dois mil pelo Banco Mundial aqui, e menor até do que alguns países, que a média já é menor do que... inferior ao dos países da América do Sul — Chile, Colômbia e Peru —, e muito distante das grandes economias, como Índia e China, né? Tem uma matéria aqui da CNN interessante. Por que o PIB do Brasil não cresce, não vai ali pelo patamar de uma grande economia, por que que não tem esse movimento? Porque a gente vê que a perspectiva desse ano... de dois mil e vinte e seis, para o ano que a gente está elaborando o orçamento, ainda é inferior à média dos últimos anos. E aí, nessa matéria tem aqui alguns fatores que explicam, segundo os... a pesquisa feita, por que o Brasil tem essa dificuldade de crescimento: atraso educacional, baixa taxa de poupança, declínio de produtividade, estrangulamento



orçamentário, desequilíbrio fiscal, a vontade de gastar sem poder, insuficiência de investimentos em educação e, principalmente, tecnologia e má gestão de contas públicas, né? Ainda... como disse, apesar de vinte e cinco anos de Lei de Responsabilidade Fiscal, teve gente que ainda não conseguiu fazer a lição de casa. Então, aqui nós temos a expectativa de crescimento da economia brasileira. Dois mil e vinte e cinco, dois e dezesseis; dois mil e vinte e dezesseis, um e oitenta; dois mil e vinte e sete, um e oitenta e três; dois mil e vinte e oito, dois por cento, bem abaixo da média dos últimos anos. Mas, como nós dissemos, ainda estamos crescendo. Pouco, mas estamos crescendo. Gostaríamos que fosse melhor, né, a informação econômica.

No estado de São Paulo, que muito nos interessa, porque... aliás, é obrigatória essa análise, por conta de que a nossa maior receita aqui no município para a prefeitura é o ICMS. E é de... e é... o ICMS é um imposto de competência tributária do estado, e a gente recebe uma fatia dessa arrecadação. Então, a gente precisa saber como é que está a economia do estado, que se o estado for bem, se todos os municípios forem bem, nós também seremos beneficiados. Nós também temos que ir bem para ajudar essa composição. Bom, a informação em relação ao segundo trimestre de dois mil e vinte e cinco, comparado ao primeiro trimestre de dois mil e vinte e cinco, também indica que houve uma desaceleração econômica de zero vírgula dois por cento. Comparando com o exercício... com o trimestre de dois mil e vinte e quatro, teve um crescimento de zero vírgula quatro, que é melhor crescer do que não crescer, mas vamos dizer que é muito pouco. E a taxa anual estaria em dois e meio por cento. A gente vê aqui agropecuária e indústria sendo os fatores aqui que... da composição desse... dessa variação negativa.

Com base nesses resultados, a Fundação Seade está prevendo o seguinte crescimento para dois mil e vinte e cinco: mínima de zero vírgula nove, que é menor que um por cento; média de um vírgula dois; e máxima de um e meio. Então, a projeção é de que o estado de São Paulo teria um crescimento inferior ao Brasil nesse momento pela Fundação Seade, o que seria ruim para a gente, né, porque normalmente o estado de São Paulo tem um desempenho melhor do que até a economia nacional.

De acordo com a análise da previsão da Fundação Seade, essas projeções, elas refletem realmente a desaceleração econômica e a variação do PIB no acumulado do ano. Então, passou de dois vírgula oito para um vírgula quatro entre o primeiro e segundo trimestres. Outros indicadores da economia paulista também indicam essa desaceleração: a produção industrial paulista, as vendas no varejo, o mercado de trabalho, massa de rendimento real, salário líquido do emprego, tudo com variação negativa no último fechamento do trimestre, no mês de junho. As informações da balança comercial também sinalizam dificuldades de as



empresas paulistas acessarem novos mercados externos e um ambiente internacional com concorrência acirrada e a palavrinha que domina o cenário, “incertezas”. Apesar do desgaste nas relações do Brasil e dos Estados Unidos, os cálculos realizados pela fundação sugerem que os efeitos da elevação das tarifas de importação norte-americana sobre o PIB brasileiro serão pequenos e localizados em alguns setores. O ‘tarifaço’ do Trump. Então, ainda o impacto não é tão grande, pelo menos na economia paulista. E eles também projetam que nem no PIB brasileiro vai ser tão alto assim. Ressalta que as incertezas persistem e que a economia paulista poderá ser impactada diretamente na atividade econômica ou indiretamente, via deterioração das condições financeiras globais, né, do que acontece no mundo. A dúvida sobre o rumo das políticas comerciais do governo Trump, onde pode chegar ainda, o grau de tensionamento entre os países, riscos geopolíticos e climáticos, que podem atingir os ativos financeiros, e os preços das *commodities*, como o petróleo, também pode interferir nessas projeções.

Para o exercício de dois mil e vinte e seis, o nosso índice de participação na arrecadação do estado do ICMS, que é o índice que vai definir os valores, o percentual que a gente vai ter na arrecadação do estado, ele apresenta uma variação de um vírgula cinquenta e três por cento positivo em relação ao índice vigente em dois mil e vinte e cinco. Então, nós temos uma melhora de um e cinquenta e três, que é sempre... né, não é tão significativo, mas a gente fica feliz por ser uma variação positiva. Muitos municípios perdem essa fatia, e a gente está na parte boa, né, que é a variação positiva.

O relatório da receita tributária também do estado, ele traz más notícias em relação à arrecadação de setembro, né? A gente... ele foi elaborado, o relatório, de setembro com a posição da arrecadação em agosto, né, refletiu um desempenho geral pífio tanto nos índices de curto prazo como nos indicadores de tendência. O ICMS apresentou uma arrecadação com queda de três e meio por cento em relação ao mesmo mês do ano passado, ou seja, não conseguiu nem computar a inflação, né, então ainda perdeu para a inflação, e um aumento de três por cento no acumulado em doze meses terminados em agosto, que também é inferior à taxa de inflação. O documento também aponta queda de quatro vírgula quatro pontos no Índice de Confiança da Indústria, reforçando a tendência de insegurança, relata também a complexidade da macroeconomia para o setor industrial no segundo semestre em um cenário de contração da política monetária, alta taxa de juros e aumento de incerteza em virtude das questões externas envolvendo o Brasil e os Estados Unidos, que podem intensificar a desaceleração, que já era esperada. Então, pode-se dizer, em suma, que o cenário da economia paulista nesse momento é desfavorável... relativamente desfavorável, com os indicadores disponíveis revelando uma desaceleração da atividade e sendo possível que o PIB paulista fique aquém da taxa de crescimento



nacional, o que para a gente não seria muito bom. Mas vamos torcer para que esse cenário melhore aí nos próximos meses, até o final do ano.

O desemprego está na menor mínima histórica, o segundo mês seguido, julho e agosto, cinco vírgula seis por cento, né? A população brasileira era de duzentos e treze milhões de habitantes até primeiro de julho deste ano, segundo estimativa divulgada pelo IBGE. O que é importante disso? Mais de noventa e quatro milhões de brasileiros, eles usam algum tipo de programa social do governo. Então, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego está baixa, a gente também percebe uma dependência muito grande de programas do Governo Federal, e a taxa de desemprego, infelizmente, ela tem esse patamar também porque se as pessoas estão na dependência do programa do governo e não procuram um emprego, elas não entram na estatística. Embora seja a metodologia do IBGE, a gente também tem que fazer essa ponderação, que o ideal seria uma taxa de desemprego e menor dependência de programas de governo, né?

Então, aqui a gente vê realmente, tem... deve realmente ter um ganho aí na atividade econômica em relação ao desemprego, mas a gente ainda precisa analisar, porque não se efetiva essa empregabilidade, né, de forma às pessoas dependerem menos. A gente... as estatísticas de dependência do governo reduzirem também, né?

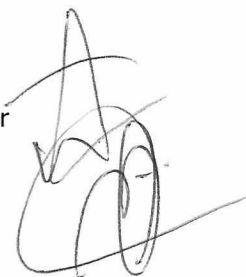
Bom, no cenário econômico internacional observa-se um crescimento estável, mas com desaceleração. Então, isso é um fenômeno global, nas grandes economias também. O FMI projeta um crescimento global em torno de três por cento, sendo três vírgula dois por cento para dois mil e vinte e cinco e três vírgula um por cento em dois mil e vinte e seis. Nós estaríamos abaixo nos dois anos do crescimento global. O FMI relata que a economia global está se mostrando resiliente por enquanto, mas a palavrinha mágica “incerteza” continua elevada, conforme um elenco de fatores de risco aqui: desaceleração do crescimento global, resistência da inflação, especialmente nos Estados Unidos, persistência de conflitos geopolíticos, mandando o mundo todo em alerta, instabilidade nas cadeias de suprimentos no mercado de energia, tensionamentos comerciais entre as grandes potências e incerteza política global. Além disso, nós temos a natureza, né, impactos dos fenômenos climáticos como El Nino, crise imobiliária chinesa, oscilação da taxa de juros, aumento da desigualdade social. E isso... né, caso não surjam outros fatores capazes de provocar pressões inflacionárias, e, como óbvio, qualquer um desses eventos citados ou que venham a ocorrer vão impactar fatalmente o Brasil. Então, aqui nessa figura a gente tem o mundo como se fosse um avião, e a instabilidade desse avião é ditada por duas grandes potências: Estados Unidos e China. Se alguma coisa acontecer errado... de errado com uma dessas duas economias, o mundo inteiro vai balançar, vai sofrer o



impacto, porque elas são realmente responsáveis pela estabilidade econômica global.

E para a gente ter ideia da dimensão disso, da importância, um evento recente, que foi o 'tarifaço', anunciado pelo presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, em dois de abril desse ano, ele causou expectativas de grande abalo na economia mundial. Nesse gráfico, a gente pode ver que o índice de incerteza da política econômica nos Estados Unidos em abril, ele atingiu o maior ponto que muitos eventos de grande proporção... e esse impacto do 'tarifaço', ele superou... atingiu os índices de incerteza tão grande que superou os que foram gerados pelo onze de setembro em dois mil e um ou a grande crise financeira em dois mil e oito, e até mesmo a pandemia do covid. Então, realmente, né, em abril de vinte e um aqui, abril de vinte e vinte e um ali, nos dois anos do covid, realmente esse 'tarifaço', que é um evento recente, ele foi capaz de provocar abalo na economia mundial superior a todos esses eventos anteriores. Então, as coisas sempre podem piorar, mas a gente sempre está na torcida para que elas também possam melhorar muito. Mas quem trabalha com planejamento tem que prever os riscos, né, e os sucessos. A gente tem que olhar o lado bom e o lado ruim e traçar a nossa meta, e considerando a pior e a melhor das hipóteses.

Bom, Estados Unidos, a gente pode falar no cenário internacional, é um motor da economia mundial, né, capacidade de inovação, setor financeiro robusto, um mercado consumidor que movimenta bilhões de dólares. E mesmo diante de altos e baixos, a sua economia segue resiliente, né, e é uma referência para o mundo. A China, a segunda maior economia do mundo, igualmente vital para o equilíbrio global, é uma fábrica do mundo, abastecendo muitos mercados, também sendo uma grande consumidora, e está enfrentando alguns desafios na sua economia, como a desaceleração um pouco mais forte que nos outros países, tensões no setor imobiliário, mas ele continua sendo... ela continua sendo fundamental para o crescimento dos países como o Brasil, porque a gente se beneficia das exportações para a China. A China foi o país mais ameaçado pelas tarifas dos Estados Unidos nesse ano e ela... claro que a gente tem que fazer do limão uma limonada e começar a traçar as novas rotas a partir do cenário que se coloca. E ela foi buscar comercializar com... fortalecer o seu comércio com outros locais. Então, ela diversificou seus parceiros comerciais, fortalecendo blocos regionais, sobretudo a Ásia, para diminuir a sua dependência dos Estados Unidos. Embora as exportações da China para os Estados Unidos tenham diminuído em dois mil e vinte e cinco, houve um aumento das suas exportações para os outros países, o que tem compensado parcialmente aí a queda que ela enfrentou. Outros países... mercados emergentes, como a Índia, países do Sudeste Asiático, continuam despontando no crescimento global. A Índia está se projetando para se tornar a quarta economia do mundo, né, e principalmente pelo impulsionamento do setor



de tecnologia, um grande número de *startups*, e o Sudeste Asiático aí através da sua vasta população, crescente poder de consumo e papel estratégico na cadeia dos suprimentos para o mundo. E a zona do euro está estabilizando inflação, taxa de juros, está acomodando aí, e os dados da atividade econômica estão indicando melhora com a variação trimestral do PIB no último ano, apresentando taxas positivas.

Bom, como eu disse, como gestores, a gente está... tem que estar atento a esses movimentos das grandes economias, porque elas exercem impacto direto não somente na nossa vida, mas também na nossa cidade, no nosso estado, no nosso país e no mundo, influenciando desde o preço dos *commodities* até as taxas de câmbio. Para dois mil e vinte e seis, ao final, espera-se uma recuperação gradual tanto do Brasil quanto do mundo, focando no crescimento sustentável, inovação e ajustes fiscais necessários para manter a estabilidade econômica. A revolução tecnológica está em curso, especialmente nas áreas da inteligência artificial e a transição energética, e será um motor de crescimento. Então, isso vale para todo mundo: município, estado, país, mundo. É onde o crescimento tem... vai encontrar um campo fértil aí para acontecer e atrair grandes volumes de investimentos para o município, para o estado, para o país.

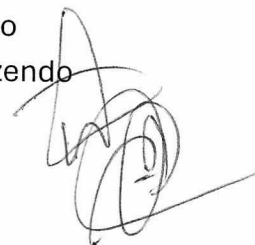
Passando para a nossa realidade municipal, em relação à despesa, nossa conduta é de realizar esforços contínuos para promover a compatibilização da despesa, a nossa capacidade de arrecadação, priorizando o atendimento às áreas socialmente sensíveis, lançando mão muitas vezes de reservas financeiras de exercícios pretéritos, e reservas essas que são finitas. Com especial cuidado, foram avaliados pela administração a continuidade, o aperfeiçoamento e a eventual expansão dos serviços disponibilizados à população, além da manutenção dos bens patrimoniais existentes, apurando o que a gente pode chamar de custo fixo da administração, da máquina administrativa. Assim, foi possível determinar a parcela dos recursos orçamentários comprometidos com a manutenção e delimitar os investimentos, respeitada essa margem residual de novos serviços para incorporação de novos bens públicos a serem disponibilizados à comunidade. Conforme a gente realizou audiência da avaliação das metas fiscais do segundo quadrimestre, a gente constatou que a gente está tendo um excesso de arrecadação tanto para os recursos vinculados como para os recursos não vinculados. O referido excesso também está composto por recursos pontuais, que não se reproduzirão nos exercícios futuros, e, por essa razão, não podem ser considerados na previsão de dois mil e vinte e seis. Mas todo o ajuste positivo possível que tenha... que pode ser replicado nos próximos anos foi feito na peça orçamentária de vinte e seis. A gente pode assegurar que as contas municipais permanecem em situação de equilíbrio e não é... naquele momento também da audiência não era necessária nenhuma adoção de qualquer



medida de contingenciamento, de dotações, estando totalmente equilibrado o exercício de dois mil e vinte e cinco até o seu fechamento, de forma que qualquer evento que aconteça até o final do ano não vai ser capaz de afetar as nossas contas. Dois mil e vinte e seis a gente vai ver durante o jogo, né? Não dá para dar essa certeza, porque o futuro é, como a gente disse, a palavrinha aí, incerto.

Apesar de integrarmos a Região Metropolitana e Administrativa de Campinas, que é considerada um mini-estado de São Paulo por concentrar os melhores indicadores socioeconômicos do país, superiores inclusive de muitos países, e por se consolidar como uma referência nacional em desenvolvimento, com forte atividade econômica, arranjos produtivos, logísticos, infraestrutura, transporte, robusto sistema científico e tecnológico em diversos segmentos, a gente se preocupa, como eu disse, com a reforma tributária, em fase de regulamentação e implantação, mas ainda a gente não tem como traçar o impacto disso. Há reais possibilidades de que a Região Metropolitana de Campinas seja impactada de forma negativa, especialmente em razão das mudanças nas regras de repartição das receitas e na dinâmica de arrecadação entre os entes federados. Os recursos vão mudar de mãos, e a tendência é, como a gente já comentou em outras oportunidades, que a União não vai colocar um real a mais para ser distribuído entre estados e municípios, parte da arrecadação do ISS dos municípios vai ser concentrada no estado e parte da arrecadação da Região Metropolitana de Campinas vai ser distribuída para o país inteiro. Não bastassem as incertezas já destacadas nessa apresentação, elaborar o orçamento para o próximo ano com uma defasagem de tempo em relação à execução, considerando que esse contexto macroeconômico é muito dinâmico, é uma tarefa extremamente desafiadora e sujeita a adequações.

E de acordo com os acompanhamentos realizados pela Secretaria da Fazenda, as receitas vinham apresentando um bom desempenho nos últimos dois anos, com reflexo da recuperação econômica tanto do país como do estado de São Paulo, razão que nos fez ainda ajustar para mais algumas receitas para o próximo período. Mas a gente frequentemente é surpreendido por eventos que não temos como prever. Como eu disse, a gente não tem bola de cristal, e esses eventos muitas vezes possuem desdobramentos e interferem negativamente na nossa arrecadação. Os riscos inflacionários fiscais principalmente, alterações do regramento tributário, como a reforma tributária, desaceleração da economia global e outras possibilidades, como nós vimos, em função aí das incertezas. E o Governo Federal também, né, atribuindo cada vez mais responsabilidades aos municípios e descalçando uma arrecadação muitas vezes já consolidada pelo município, que fica adiando aí essa discussão. Enquanto a discussão do pacto federativo não acontece, nós temos que ir dançando conforme a música e fazendo o que é possível no nosso ambiente aqui do município.



Ao contrário do que muitos imaginam, o orçamento como... municipal, ele não é financeiro. Ele vai se tornar financeiro à medida que vai sendo arrecadado diariamente. Então, quando a gente fala: "Ai, o valor do orçamento de dois mil e vinte e seis vai ser dois bilhões e setecentos e quinze milhões para o próximo exercício, envolvendo as entidades, administração indireta, autarquias, fundações, Câmara e prefeitura", esse recurso não começa na conta da prefeitura do município no dia primeiro de janeiro; ele é uma projeção de arrecadação, de uma arrecadação... a somatória de uma arrecadação que a gente acredita que vai acontecer diariamente para lá no dia trinta e um de dezembro a gente saber se aconteceu ou não. Por isso que a gente tem que fazer o acompanhamento periodicamente, para ver se está se confirmando o que a gente projetou. Então, a gente não tem salário fixo, não tem mesada, então a arrecadação vai se constituindo aí diariamente, aos poucos, né? E essa arrecadação pode não acontecer, e isso obrigaria, ela não se realizando, a contingenciar despesas, adiar novos investimentos, e por isso que é importante os contribuintes terem esse conhecimento, saber da importância do pagamento do IPTU, de combater a inadimplência, né? E toda essa receita, ela foi estimada de acordo com critérios técnicos, visando a sua arrecadação. A gente projeta para ser arrecadado, e não para não ser, mas não depende somente do município de Indaiatuba. Os critérios técnicos analisam, dentre outros itens, as perspectivas de crescimento da economia, séries históricas e situações pontuais. Então, é assim que a arrecadação vai sendo realizada dia a dia, com o objetivo de atingir financeiramente, ao final do exercício, todo aquele montante que foi previsto orçamentariamente. O orçamento não é o financeiro, são coisas distintas, e essa distinção é muito importante para quem quer entender a administração pública, certo? Porque você tem o recurso lá, a dotação no orçamento, e não tem ela no banco. Ela vai se concretizando no dia a dia, né? E se a previsão for bem-feita e nenhum evento catastrófico prejudicar, o orçamento, ele vai se concretizar até trinta e um de dezembro e assegurar que todas as despesas sejam executadas.

Então, por isso que a gente tem que ter muita cautela na elaboração das peças de planejamento e também acompanhar a sua execução. A concretização dessas receitas durante o exercício da execução do orçamento, a incessante busca por parcerias, fontes alternativas de financiamento para os novos investimentos e para os programas governamentais, a adoção de medidas para o incremento de arrecadação, combate à inadimplência, aperfeiçoamento da gestão tanto na administração dos recursos orçamentários e financeiros quanto também na otimização da execução dos serviços são condições imprescindíveis para a administração continuar realizando o atendimento à população e assegurar o desenvolvimento de Indaiatuba, mantendo o equilíbrio das contas públicas.

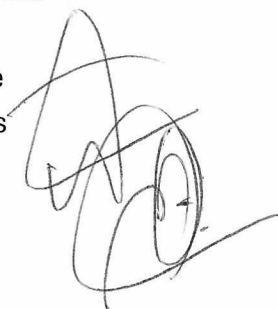
A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the bottom.

Recapitulando, o estado não emite moeda, a gente não começa com o orçamento em conta no primeiro de janeiro, depende da arrecadação da receita, e essa realidade vai persistir em qualquer lugar: na nossa casa, no município, no estado, no país. Recursos escassos para demandas ilimitadas. E limite é receita, e isso demanda planejamento na utilização dos recursos.

Aqui algumas das principais receitas, a origem delas, né, se está no... a competência tributária do estado, do município, da União, e como é que ela é influenciada pela atividade econômica, o desempenho das empresas, que é o caso de ICMS. O IPTU, ele tem correção pela Ufesp. Anualmente ocorre um crescimento da base do cadastro imobiliário em função dos novos empreendimentos, mas também pode acontecer um aumento de inadimplência, dependendo do evento, né? O ISS é um imposto municipal, que até o momento era exclusividade do município, vai passar a ser partilhado. Basicamente sobre a prestação de serviços, como a gente viu, é o motor do PIB nacional, é o setor que mais cresce, que tem mais importância na economia, e não... né? Então, é significativo. O FPM depende também do desempenho da atividade econômica, a questão da empregabilidade, do desemprego, influencia a arrecadação, a indústria... a produção de automóveis, o imposto de renda. O IPVA é um imposto de competência estadual, a gente recebe metade do que o estado arrecada, cinquenta por cento do município onde o veículo é licenciado, pode ter uma variação no valor venal, às vezes inferior até à inflação, mas pode ter acréscimo em função do aumento da frota. Então, tem prós e contras na economia que vão ditando aí a tendência dessa arrecadação. Também tem a sazonalidade. O IPVA ali... agora que é parcelado em até cinco vezes, ele acontece mais no primeiro semestre, a concentração da arrecadação, depois, no segundo semestre, ele cai. O IPTU tem uma grande parcela da população que paga à vista, então no mês de março, a primeira parcela, ela é bem sazonal ali, ocorre uma concentração de entrada de recursos, depois vai diluindo, né, nos próximos meses, para quem paga parcelado. O ICMS vem toda terça-feira, então nós temos meses com cinco semanas, meses com quatro semanas, e depende da arrecadação, a gente tem previsão só para o mês seguinte de quanto vai se arrecadar, não para o ano todo, e assim por diante.

Sobre a reforma tributária, a gente já comentou em outras ocasiões, também já dei destaque, a preocupação é que a gente vai realmente ser afetado negativamente pela alteração dessa tributação.

Os nossos desafios aí em relação ao crescimento da economia, do PIB, que está abaixo da média, a confiança dos consumidores, dos investidores no país, o equilíbrio fiscal por parte do Governo Federal, que tem que fazer essa lição de casa, o desafio quanto à redução da taxa de juros e contenção da inflação. Os

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and lines, located in the bottom right corner of the page.

aspectos aí da reforma tributária: controle das contas públicas, o mercado de trabalho aquecido — isso é muito bom, porque movimenta a economia —, o cenário econômico, inclusive internacional, com incertezas sempre, economia em ritmo de desaceleração ou crescimento moderado e as tensões e disputas geopolíticas e comerciais aí que podem afetar as cadeias de suprimentos e mudar aí o preço dos produtos para a gente.

Bem, diante de tudo isso, a gente elaborou a proposta orçamentária para o exercício de dois mil e vinte e seis no município de Indaiatuba. Em razão do princípio do equilíbrio orçamentário, a receita tem que bater com a despesa. Então, ambas no valor de dois bilhões setecentos e quinze milhões de reais para o próximo exercício.

Em relação à LOA, o orçamento de dois mil e vinte e cinco, a gente observa que foi de dois bilhões trezentos e oitenta milhões, nós tivemos uma variação de quatorze vírgula zero oito por cento. Então, é como nós dissemos, se a gente observa que as receitas estão tendo um excesso de arrecadação e que é possível aumentar a margem, tem mais unidades imobiliárias no cadastro do... para lançar o IPTU, o ISS está com potencial de crescimento, teve uma maior transferência do SUS do estado, vai continuar, não vai, é pontual, coloca. E o que é possível, que é contínuo, a gente vai agregando sempre ao planejamento do exercício seguinte. Então, dessa forma, deu uma variação de quatorze vírgula zero oito por cento em relação ao exercício anterior. A distribuição aí desses valores por entidade, todas com uma variação significativa. Fiec, em termos percentuais, desponta, mas em termos de valores não é tão significativa, que são só seis milhões.

Em relação à Lei de Diretrizes, que foi elaborada no mês de abril de dois mil e vinte e seis (sic), a gente já observa que tem uma variação, então por isso que a gente diz: já... quando a gente elaborou a LDO lá no começo do ano, a gente não tinha uma ideia da tendência da arrecadação. No orçamento agora elaborado no mês de outubro, então a gente já tem uma análise de quase que... né, uma boa... três quartos do exercício. Então, é possível dar consistência a um acréscimo de receita, de forma que de abril para outubro a gente conseguiu ainda caminhar com uma evolução de recursos de dois milhões e quinhentos... dois bilhões quinhentos e oitenta e cinco milhões para dois bilhões setecentos e quinze milhões.

Em função disso, como a gente tinha definido as metas fiscais de arrecadação, esse resultado primário nominal na LDO, por lei a gente tem que ajustar esses valores das metas no orçamento quando ele diverge um pouquinho da LDO. Foi uma variação positiva. As metas, claro, não vão ser comprometidas por conta desse ajuste, porque se ajusta tanto receita quanto despesa, o cenário não muda. Então, os valores se alteraram, mas a condição do equilíbrio está assegurada.



Quais as principais alterações que nós tivemos? Em função da evolução do cenário econômico, da maior análise do período de arrecadação do que quando a gente elaborou a LDO, foi possível evoluir a receita de impostos, a receita de serviços do Saae, a aplicação financeira, com essa perspectiva de que a Selic vai ser mantida em níveis altos, né, de dois dígitos, inclusive quinze por cento até o final desse ano e doze a vinte e cinco para o ano que vem. Como a gente recebe uma concentração de arrecadação, tem uma concentração de arrecadação no início do ano por conta do IPTU, que é pago à vista, mais o IPVA, a gente não pode gastar esse recurso todo, totalmente, no início do ano, porque a gente tem obrigações nos meses seguintes. Então, o orçamento é planejado para ser gasto em doze meses. Então, durante esse período o dinheiro fica aplicado. E com a Selic alta, quem tem dinheiro para investir e deixar aplicado tem um retorno maior. Então, a gente teve e está tendo inclusive essa arrecadação maior por conta de a taxa de juros estar alta, né? E também um pequeno... uma pequena alteração no valor previsto da operação de crédito do Fonplata, que está sendo realizado para investimento pelo Saae.

Então, aqui a gente tem os valores do orçamento de vinte e seis distribuídos nos grupos, grandes grupos de arrecadação: impostos, contribuições, receita patrimonial, e aqui incluem as aplicações financeiras, receitas de serviço, as transferências, que são a maior fatia, né, da arrecadação, que concentra aí o ICMS, que é nossa maior arrecadação no município, outras receitas correntes. Logo em seguida das transferências correntes, a segunda maior arrecadação é a proveniente de impostos, taxas e contribuições de melhoria, que são os tributos, oitocentos e vinte e seis milhões. Aqui está a soma de todo o município, de todos os órgãos, né, prefeitura, Câmara, Saae, Seprev e Fiec. As despesas estão aqui distribuídas por órgãos, por categoria econômica. A gente verifica aqui que inclusive as despesas de custeio — fornecimento de alimentação, transporte, contas de energia, contratos de prestação de serviços — estão superando a despesa de pessoal, que tende já a ser significativa por conta de ser um serviço público prestado essencialmente por pessoas, né? As receitas de capital, que são as receitas específicas para investimento, o destaque aqui é a operação de crédito do Fonplata para investimento aí da autarquia de água e esgoto. E as receitas correntes intraorçamentárias, que são as receitas... que são os recursos que são trocados. Nós, prefeitura, temos unidades que consomem água e esgoto da autarquia Saae, que faz parte do orçamento. Então, é dinheiro que a gente arrecada e que transfere para eles. Então, para evitar duplicidade, elas são classificadas como receitas correntes intraorçamentárias, ou seja, elas são pagas com recurso que alguém do orçamento já arrecadou. Então, é o mesmo dinheiro que para um entrou como receita e fez uma despesa para constituir receita do outro, mas, na realidade, é o mesmo recurso financeiro, né? Despesas de capital



de cento e noventa e dois milhões. Então, vocês observem que as receitas de capital, que são exclusivamente para investimentos, são trinta e oito milhões e quinhentos praticamente, e as despesas são cento e noventa e dois milhões. Ou seja, no nosso orçamento, além das receitas de capital, nós ainda temos alguma margem para realizar investimentos e realizar despesas de capital. Não está indo tudo só para o custeio. As despesas correntes intraorçamentárias, que eu já mencionei, e a reserva de contingência, que é um recurso que tem que ficar reservado por conta de uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trouxe para cobrir eventuais riscos fiscais ou a parte previdenciária do RPPS. Ela está constituída basicamente pela... setenta e quatro milhões pertencem ao RPPS e, na prefeitura, quinze milhões, por conta de um percentual fixado na LDO, atribuindo esse percentual em função da receita corrente líquida, que ela é determinada para constar no orçamento como... para cobrir eventuais deficiências de alguma dotação ou riscos fiscais imprevistos, devoluções de receitas, enfim, alguma situação que possa representar um risco aí para o equilíbrio das contas públicas. Então, como a gente disse, receita e despesas batidinhas, dois bilhões setecentos e quinze milhões para dois mil e vinte e seis.

Aqui a gente tem um quadro com a distribuição por entidade dessas receitas.

E também em relação à despesa, distribuição por cada uma das entidades integrantes do orçamento municipal.

A representação gráfica, né, para a gente entender a composição do orçamento. A parte da despesa da prefeitura, da Câmara, do Saae, Seprev e Fiec.

A composição da receita em termos percentuais, porque a gente já deixou também ali discriminado no primeiro quadro. Então, a gente vê aqui as transferências correntes e os tributos como a maior fatia aí da arrecadação, quase setenta por cento.

Em gráfico, que fica mais fácil de visualizar essa informação.

As quinze maiores receitas, excluindo as receitas do RPPS, as operações de crédito e as retenções do Fundeb. Nós temos aqui o ICMS como a primeira arrecadação, né, a principal, a número um do município, depois o ISS, como a gente disse, que é o que a gente teme com a reforma tributária, porque prejudicaria em muito o nosso potencial de crescimento aqui, de arrecadação, e é o setor mais importante da economia na formação do PIB. E aí, depois a gente tem os recursos vinculados do Fundeb, as tarifas de água e esgoto do Saae, o ITBI, as transferências da União. Representando essas quinze receitas, setenta e três vírgula trinta e oito por cento do orçamento. Vocês se recordam, eu mencionei, a gente tem quase quatrocentas rubricas de receita, mas quinze elas detêm setenta e três por cento. Então, se alguma coisa de errado acontecer com essas principais



receitas, a gente precisa acompanhar, porque pode demandar alguma providência do lado da despesa.

Aqui a distribuição das despesas também, pessoal e o custeio, né, as despesas fixas aí com a maior fatia das despesas do município, mas ainda assim isso é muito importante aqui. Do orçamento todo, nós temos sete por cento de investimentos.

Em gráfico agora a informação. Aqui fica relevante também que, além dos investimentos, a gente tem a parcela do terceiro setor, que é muito importante na execução das políticas públicas, sendo grandes parceiros aí do município.

Aqui, a proporção de cada unidade dentro do orçamento como um todo. E as entidades, as unidades com representação menor que um por cento somam todas setenta e oito milhões quinhentos e vinte e um mil e representam somente dois vírgula oitenta e nove por cento. São as que não estão aqui. A gente vê aqui as fatias da Semurb, Seprev, Saae, a Saúde e a Educação, que são prioridades constitucionais. Aí vocês podem perguntar: “Ah, mas vinte e dois? Não tem que aplicar no mínimo vinte e cinco?”. Contextualização: nós estamos falando de unidade versus orçamento total. A base de cálculo para apuração do mínimo constitucional a gente vai ver mais adiante. É só a receita de impostos, não é o orçamento inteiro.

Aqui por função. O valor de cada função — função doze, educação; função treze, cultura; a função dez, saúde — em relação ao valor total do orçamento.

Aqui, sim, a gente está falando de percentual mínimo constitucional da Secretaria Municipal de Educação em relação ao orçamento de dois mil e vinte e seis. A base de cálculo não é... não são os dois bilhões setecentos e quinze milhões, porque aquilo é orçamento do município. Tem receita de previdência lá. A tarifa de água e de esgoto não é base de cálculo do parâmetro da educação, da aplicação mínima constitucional; é somente a receita resultante de impostos. Então, em relação a isso, nós estamos prevendo no orçamento aqui trinta e um vírgula cinquenta e cinco, ou seja, seis vírgula cinquenta e cinco por cento além do mínimo constitucional exigido. A distribuição dos recursos, a fatia do Tesouro sempre é a principal, a participação do Fundeb também e transferências que acontecem para o transporte, para a alimentação escolar por parte do Governo Federal e do governo do estado. Então, totalizam seiscentos e quatorze milhões quatrocentos e seis mil. Vão ser aplicados de que forma? Em pessoal, em custeio, transferência para instituições privadas e investimentos. O destaque aqui, conforme já foi apresentado por ocasião da elaboração do Plano Plurianual, nós temos a execução de projetos para promoção de valores sociais, ambientais e culturais no ambiente escolar, a ampliação da rede física de creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental, a creche no Parque Barnabé, pré-escolas nas regiões dos



bairros Jardim Casablanca, Paulista II e Parque Barnabé também, e as escolas de ensino fundamental nos bairros Jardim Casablanca, Parque Barnabé e Veredas/Laguna. Aqui as ações contínuas, que são grandes investimentos na educação, projeto Educação Maker, material didático do Sesi, robótica, a novidade é da descentralização financeira para maior autonomia das unidades escolares, e a capacitação contínua dos servidores, que fazem da educação em Indaiatuba uma educação reconhecida a nível nacional.

Em relação à saúde, o mínimo constitucional um pouquinho menor, porque tem duas receitas que não entram na base de cálculo. Em relação ao mínimo obrigatório de quinze por cento dessas receitas, que seriam duzentos e vinte e sete milhões, o município prevê aplicar, em dois mil e vinte e seis, vinte e sete vírgula cinquenta e cinco por cento, ou seja, quatrocentos e dezessete milhões, uma aplicação a maior de cento e oitenta e nove... quase... praticamente cento e noventa milhões de reais, doze vírgula cinquenta e cinco por cento a mais. Financiamento da saúde, setenta e sete vírgula cinquenta e nove por cento com recursos do município, sete vírgula setenta e um do estado e quatorze vírgula setenta da União. É importante destacar que o estado não participava dois anos atrás nem com um por cento do financiamento da saúde e aumentou consideravelmente agora, nesses últimos dois anos. A distribuição desses recursos na folha de pagamento, no custeio e no terceiro setor. Investimentos, treze milhões duzentos e sessenta e um. Total de quinhentos e quarenta e um milhões trezentos e quarenta e dois mil. Em relação aos investimentos, estão sendo previstos reforma e ampliação da UBS Três do Parque Corolla, da UBS Sete da Morada do Sol, do PSF Três, Parque Residencial Indaiá, a ampliação do Hospital-Dia, construção do novo Centro de Hemodiálise, implantação da UBS Bela Vista e ampliação de leitos SUS hospitalares, exceto outras especialidades.

Agora a gente vai apresentar a parte das outras secretarias, do recurso alocado para elas no orçamento, em função das prioridades aí de governo, né? Mobilidade urbana, um montante de setenta milhões cento e vinte e quatro na unidade destinado a obras, manutenção e subsídio do transporte coletivo.

Também na mobilidade urbana, nós temos o recurso vinculado do Funtran, que passou a fazer parte da Secretaria de Mobilidade, que antes estava na Secretaria de Obras e Vias Públicas, no montante de dezenove milhões. Esse montante é proveniente da arrecadação das multas de trânsito e tem a sua vinculação aí na sinalização de trânsito, educação do trânsito, melhorias, né?

Secretaria Municipal de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico. As ações da secretaria: desapropriação de bens, manutenção da unidade, fomento de negócios e a implantação prevista do polo tecnológico no montante do orçamento de seis milhões quinhentos e quarenta e sete mil reais.



Em seguida, a Secretaria Municipal de Assistência Social com as suas diversas ações, um orçamento total de setenta e seis milhões novecentos e sessenta e sete mil reais.


Em seguida, a Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, que deixou de ter o Funtran em função da locação de suas atividades para uma Secretaria de Mobilidade Urbana. Aqui a gente tem a construção, implantação e ampliação de próprios públicos da infraestrutura urbana e rural, seis milhões oitocentos e trinta e dois mil; a manutenção da unidade, vinte milhões e quinhentos mil; a conservação dos próprios e da infraestrutura urbana e rural, vinte e um milhões e quatrocentos mil; a manutenção, ampliação, implantação e melhorias da iluminação pública, que é o recurso da CIP vinculado de quarenta e três milhões. Um total de orçamento de noventa e um milhões setecentos e trinta e dois mil.

Secretaria Municipal de Segurança Pública, com os recursos necessários aos investimentos e à manutenção na unidade no montante de oitenta e um milhões novecentos e dezessete mil. A novidade aqui é a implementação, manutenção e ampliação dos sistemas de monitoramento, que, em função de alteração de legislação, nós vamos poder utilizar o recurso da CIP também para essa finalidade, mas como ainda não ocorreu a alteração, nós somente destinamos uma previsão aí para manter a ação aberta, para possibilitar futuras aplicações com o recurso assim que for aprovado.

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente. A principal despesa da secretaria é a manutenção da limpeza pública da cidade, orçada em cento e vinte milhões para dois mil e vinte e seis; a parte de meio ambiente e a construção, implantação e ampliação de próprios da infraestrutura urbana e rural, as manutenções de praças e jardins também nessa secretaria, os fundos. Um total então de orçamento de cento e setenta e um milhões.

Em seguida, Secretaria Municipal de Esportes com as suas ações. Investimentos de dez milhões na ampliação da rede física; manutenção da unidade, trinta e oito milhões setecentos e cinquenta e quatro mil; as modalidades esportivas competitivas, quatro milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil; programa de esporte de participação e lazer, novecentos mil de orçamento; esporte educacional, um milhão trezentos e vinte; e o FAE, dois milhões e vinte. Um total de cinquenta e sete milhões quatrocentos e setenta e nove mil.

Secretaria Municipal de Cultura, um orçamento de trinta e três milhões trezentos e quarenta e um mil. A Cultura, que também possui o Fundo Municipal de Cultura na sua estrutura e contempla as ações da política nacional Aldir Blanc de fomento à cultura, valor de um milhão e oitocentos mil, e o projeto Orquestrando, três milhões e trinta e sete mil. Um total de quatro milhões oitocentos e cinquenta e um mil de orçamento.



E também o Fundo de Turismo no valor total de quinhentos e noventa mil.

Na Secretaria de Habitação, nós temos recursos vinculados do Funhabit destinados à viabilização de projetos habitacionais, elaboração de plantas e moradia econômica, combate às situações precárias e habitabilidade e emergência e também a própria manutenção da unidade administrativa. Um orçamento no valor total de nove milhões quatrocentos e quarenta e três mil.

Os encargos especiais da prefeitura, que eles são uma unidade dentro da Secretaria da Fazenda que representam as obrigações do município, né, ou da prefeitura em relação ao pagamento dos seus financiamentos, requisitórios de pequeno valor, precatórios, que são considerados encargos especiais e ficam alocados por serem responsabilidade da Fazenda o pagamento, mas não representam uma despesa direta da secretaria. Então, nós temos o financiamento de doze milhões de orçamento para ser pago no... em dois mil e vinte e seis; requisitórios de pequeno valor, que são ações judiciais no montante até de trinta salários mínimos cada uma, uma estimativa de um milhão de reais de pagamento; e precatórios que foram apresentados conforme mapa do Tribunal de Justiça, cinco milhões e duzentos mil reais; contribuição ao Pasep, que é um por cento das receitas, vinte milhões quinhentos e noventa e cinco mil; pagamento de acordos extrajudiciais, apenas previsão, devoluções e recursos e ressarcimentos, dois milhões e cem mil; pagamento de assistência à saúde ao Seprev de aposentadorias legadas, trezentos e oitenta e cinco mil; e a reserva de contingência, que a gente também já mencionou, totalizando cinquenta e seis milhões seiscentos e dezessete mil de despesas praticamente obrigatórias, né?

As demais secretarias. Basicamente... à exceção do Funssol, secretarias-meio, né, que viabilizam a execução das políticas públicas, mas na condição de secretarias administrativas, como gabinete do prefeito, à exceção do Funssol, com valores menos expressivos dentro do orçamento como um todo. Gabinete do prefeito, quinze milhões setecentos e oitenta e nove mil; o Funssol, dois milhões trezentos e setenta e um mil; transparência, controle e fiscalização, dois milhões oitocentos mil; administração, oitenta e seis milhões novecentos e sessenta e dois mil. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Engenharia, quatorze milhões trezentos e quarenta e sete mil; Secretaria Municipal da Fazenda, dezessete milhões setecentos e quarenta mil; Secretaria dos Negócios Jurídicos, dez milhões trezentos e oitenta e cinco mil; comunicação, dezesseis milhões oitocentos e trinta e nove mil, totalizando cento e sessenta e sete milhões duzentos e trinta e três mil.

A Câmara Municipal no valor... um orçamento no valor de trinta e três milhões quinhentos e oitenta e cinco mil, distribuídos nas ações de expansão e adequação das instalações, um milhão e quinhentos mil; funcionamento do processo



legislativo, vinte e nove milhões novecentos e dois mil; divulgação institucional, setecentos e quarenta mil; gerenciamento de recursos de TI e segurança cibernética, um milhão quatrocentos e quarenta e três mil.

O Saae com as suas diversas ações relacionadas à manutenção e investimentos no montante de sessenta e seis milhões quinhentos e doze mil, que totaliza um orçamento de duzentos e setenta e cinco milhões setecentos e setenta mil. Esses investimentos estão distribuídos nessas ações relacionadas à ampliação... construção e ampliação de próprios públicos, reforma de ETAs, captações, poços de... e elevação... e estações elevatórias de água bruta ou tratada, estações de tratamento elevatórias de esgoto, emissários e interceptadores, reservatórios e barragens, combate às perdas, sistemas de água de reuso, programa integrado de saneamento e recursos hídricos Rio Jundiá limpo, que é onde estão alocados os recursos da operação de crédito do Fonplata.

O Seprev, a parte de previdência, duzentos e setenta e um milhões duzentos e sessenta e sete mil, que é o regime próprio dos servidores que se aposentam, né, as despesas saem por aqui.

A parte da saúde, que o Seprev também funciona como um “plano de saúde”, né, um serviço de saúde que oferece aos servidores. Despesa total de setenta e nove milhões oitocentos e vinte e oito mil.

A Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura (Fiec), com um orçamento total de cinquenta e um milhões novecentos e sessenta e um mil, atuando aí na parte de ensino profissionalizante, ensino superior, cursinho pré-vestibular. Tem previsão de investimentos no montante de dois milhões setecentos e cinquenta mil; divulgação institucional, um milhão.

Bem, encerrando a apresentação, aqui a gente traduz a questão do planejamento conservador que a cidade de Indaiatuba, a administração, adota na elaboração das suas peças de planejamento, acreditando que a gente está sendo prudente quando a gente tem uma reserva de contingência, obedecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, gastando mais do que se arrecada... gastando menos do que se arrecada. Quando a gente gasta exatamente o que a gente ganha é imprudente, porque qualquer dorzinha de barriga a gente não tem um plano B. E é óbvio que quem gasta mais do que ganha, a vontade de gastar sem poder... a vontade ainda até pode ter, mas o gastar sem poder realmente é uma atitude irresponsável.

Como eu disse, o orçamento é treino. No treino, a gente está fazendo a previsão de uma arrecadação sustentável, né, com possibilidades de acontecer realmente que... né, uma previsão pé no chão que vai sustentar uma despesa também de dois bilhões setecentos e quinze milhões para nós evoluirmos com o plano de



governo aí no primeiro ano de execução do Plano Plurianual, mas durante a execução orçamentária, que é o jogo mesmo, a gente vai ter cartão amarelo, cartão vermelho eventualmente, ou um cartão verde, né, com uma notícia boa, e a gente precisa ir adaptando, né, deixar o orçamento dinâmico, flexível, para que a gente consiga jogá-lo, né, e trazer resultados, de preferência, favoráveis e de gols aí para Indaiatuba.

Uma falha no orçamento, como eu disse, pode trazer consequências desastrosas. Então, quando a gente vê algumas cidades com obras paralisadas, é por falta de recurso, e, conseqüentemente, essa falta de recurso provavelmente foi gerada por uma falta de planejamento. Então, a gente não vê isso acontecendo em Indaiatuba. A parte financeira não inviabiliza nada porque... muito pelo contrário, a gente tenta trazer para o planejamento realmente o potencial de realização, de execução, para que a gente nunca se depare com uma situação como essa.

Por quê? Um orçamento malfeito, ele significa um calote, um calote para muitas pessoas envolvidas no processo de uma administração pública, né? Para fornecedores, prestadores de serviço, funcionários, terceiro setor e, principalmente, para a sociedade, que é a razão de ele existir, né?

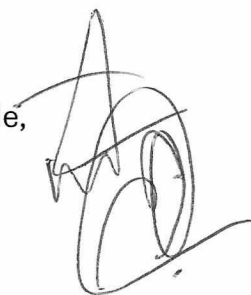
E a gente... como nós dissemos, o nosso treino é para que o plano aconteça sem qualquer dificuldade, mas a gente sabe que a realidade, 'nã-nã', na hora do jogo tem o cartãozinho amarelo, o vermelho, a gente vai precisar se adaptar de alguma forma, tem muitas incertezas no mundo, né, o cenário econômico muito dinâmico, e a gente vai precisar enfrentar as dificuldades, mas sem perder de vista o objetivo. Talvez a gente demore um pouco para chegar lá. Quem sabe, né, acontece alguma coisa boa que possibilite a gente chegar em menos tempo lá no nosso objetivo final, mas ele vai ser incansavelmente perseguido e com muita responsabilidade por parte da administração. Um plano é sobre o quê, um cronograma é sobre quando vai ser executado. A gente tem o que a gente quer fazer, quando a gente quer fazer, e a gente precisa realmente desses dois fatores para que a gente consiga realizar tudo que a gente planeja, né? Então, acho que a gente tem a faca e o queijo na mão. Realmente, somente se alguma coisa de impacto muito grande acontecer no mundo que a gente vai se desviar do percurso. Ainda que a gente tenha dificuldades, as dificuldades estão sob controle, administráveis, no ambiente municipal, mas a gente está sujeita a interferências do mundo todo. Só o planejamento, como a gente está falando, não garante o nosso sucesso, mas ele é o caminho, e é um caminho primordial para que a gente alcance os objetivos. Então, a gente tem esse caminho traçado e, se Deus quiser, a gente vai ter muito sucesso na execução, ainda que ele tenha que ser adaptado, mas a gente vai chegar lá, né? Ainda que a gente sofra com todo esse desgaste no



caminho, mas ele vai ser perseguido incansavelmente, porque nós somos persistentes, né, e a persistência é, sem dúvida, o caminho do êxito.

Não que a gente execute nada para ganhar prêmio, mas a partir do momento que a gente está sendo reconhecido, significa que tem alguma coisa aqui que está sendo feita melhor do que em outros lugares. Tem muito para melhorar? Sempre. Que a gente tenha muito mais prêmios, que a gente consiga o objetivo de melhorar sempre, mas é um reconhecimento, e acho que a gente precisa comemorar, e são prêmios significativos, né? Recentemente, Indaiatuba conquistou o prêmio de bicampeã no Prêmio Band Cidades Excelentes na área de governança, eficiência fiscal e transparência. A gente está falando sobre isso aqui nesse momento, na audiência, sobre planejamento, e é o que tem também garantido o sucesso em muitas outras áreas da administração. Então, é um prêmio muito importante. Ele foi criado em dois mil e vinte e um, está na sua quinta edição e visa valorizar as boas práticas da gestão pública. A etapa estadual foi... aconteceu em quatorze de outubro, e tem a etapa nacional. Indaiatuba vai concorrer também na etapa nacional, porque foi ganhadora do estadual, em quinze de dezembro, e a gente torce muito para mais esse reconhecimento, né, porque as boas intenções existem, e o caminho a ser trilhado é esse, da responsabilidade. Então não é a gente falando da gente mesmo; são os outros. Então não é algo tendencioso. São considerados setenta e dois indicadores consolidados a partir de fontes públicas, distribuídos em seis pilares: governança, eficiência fiscal, transparência, educação, saúde, bem-estar, infraestrutura e mobilidade urbana, sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico e ordem pública. Então, eu acho que a cidade deve realmente comemorar, e é um orgulho saber que as coisas são administradas dessa forma e tem um reconhecimento na nossa cidade.

Também houve um reconhecimento por parte do Conselho Federal de Administração, em que Indaiatuba obteve o terceiro lugar no Índice de Governança Municipal. Então, o estudo, ele traça um panorama de como o recurso público é aplicado e como é feita a gestão dos recursos pelos municípios, né? A proposta do conselho é oferecer informações para o aprimoramento das políticas públicas mais assertivas em prol do bem-estar da sociedade. Então, foi traçado um diagnóstico completo na área de finanças, gestão e desempenho do município, e a nota geral de Indaiatuba foi oito vírgula quatro. Os municípios que estavam no mesmo grupo de Indaiatuba, no grupo oito, tiveram média de seis vírgula quarenta e dois. Então, a gente está acima da média. Não somos dez, mas a gente está no caminho. O dez está lá na frente, é a nossa bandeirinha de chegada. Para montar o índice, foram utilizadas informações de fontes oficiais, como Datasus, IBGE, Tesouro Nacional, Sistema Firjan, sobre saneamento, saúde, segurança, educação, gestão fiscal, planejamento, entre outros. Então, aqui, ó,



nesse grupo oito Jundiaí ficou no primeiro lugar, São Bernardo do Campo em segundo e Indaiatuba em terceiro, com a nota oito vírgula vinte e quatro. Observem que nem o primeiro tem a nota dez, né? Às vezes o dez é difícil, mas a gente tem que perseguir, né, melhorar. Se a gente vai passar para oito e meio já é um grande avanço.

Outro destaque também recente foi a homenagem no... quando o Tribunal teve um evento para comemorar os dez anos do Índice de Efetividade da Gestão Municipal. Então, é nosso órgão fiscalizador o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, né? E nessa comemoração, a cidade de Indaiatuba foi reconhecida pelas boas práticas na área da saúde com o projeto Vacinação Extramuros, que objetiva ampliar a cobertura vacinal da nossa população com ações fora da unidade de saúde, então descentralizar aí essa vacinação para atingir melhores... uma maior camada da população. As informações gerais: Indaiatuba teve a nota B, permaneceu com essa nota dos últimos anos, que vem sendo considerada uma gestão efetiva. Outras iniciativas na área da saúde que foram finalistas no... Acessa Dois Mil e Vinte e Cinco da Editora Abril, Prêmio Autocuidado em Saúde, com o projeto de Olhos nos Olhos, e também a ferramenta da dengue na plataforma Minha Indaiatuba foi finalista no Prêmio Autocuidado em Saúde, também na categoria de Soluções Digitais e Tecnologias Inovadoras para o Autocuidado em Saúde.

E outra área que é prioridade constitucional também foi reconhecida no Prêmio Programa Alfabetiza Juntos do Governo do Estado de São Paulo. Nessa ocasião, vinte e duas escolas de Indaiatuba conquistaram o Prêmio de Excelência Educacional, uma das principais estratégias desse programa do governo do estado, que é o Alfabetiza Juntos. Além do reconhecimento pelo desempenho, as escolas recebem uma premiação financeira, destinada a melhorias na... estruturais e pedagógicas com o objetivo de ampliar as condições de ensino e aprendizagem. O montante da premiação das escolas de Indaiatuba é de um milhão cento e dezoito mil e novecentos reais. Indaiatuba também ganhou, nesta ocasião, o Prêmio Destaque em Alfabetização, estando entre as cem cidades destaques do estado de São Paulo, e recebeu um troféu por ter os melhores resultados na avaliação de fluência leitora. É importante destacar que dos quatrocentos e setenta municípios que participaram desse programa, apenas setenta e dois municípios receberam as duas premiações, e Indaiatuba é um deles, né? Então, a nossa educação, que também muito nos orgulha aí e que demonstra que a gente está realmente no caminho para perseguir um objetivo melhor.

E é com... são com essas informações que a gente encerra a audiência. Esperamos ter transmitido para vocês as informações necessárias que foram

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end, located in the bottom right corner of the page.

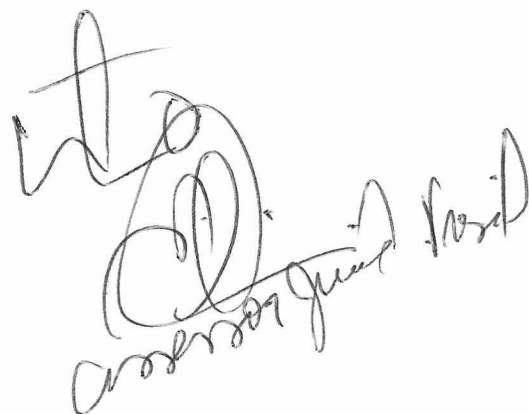
utilizadas na elaboração da proposta orçamentária de dois mil e vinte e seis, nesse treino, que a gente espera que tenha muito sucesso, que saiam muitos gols durante o jogo. Obrigada pela participação. E a gente está à disposição para qualquer dúvida ou contribuição através do e-mail [fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br](mailto:fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br) e através do site da transparência da Câmara Municipal. Muito obrigada.

**VEREADOR LEANDRO JOSÉ PINTO:** Agradeço à secretária-adjunta da Fazenda, Senhora Paula, pela exposição da LOA. Informo que os cidadãos têm até o dia vinte e seis de novembro para apresentarem dúvidas, críticas ou sugestões pelo endereço que aparece aqui na tela.

Devolvo a palavra ao presidente da Câmara, Doutor Túlio.

**SENHOR PRESIDENTE (TÚLIO JOSÉ TOMASS DO COUTO):** Obrigado, vereador Leandro Pinto. Após a tramitação da LOA pelas comissões permanentes da Câmara, o projeto virá ao Plenário para ser votado.

Nada mais havendo, agradeço a participação de todos e declaro encerrada a audiência pública.



Cristiano Quintanilha